

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 009

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE MARÇO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

PFL.....Plauto Miró Guimarães
PTB.....
PMDB.....Orlando Pessuti
PPB.....Tony Garcia
PT.....Péricles de Holleben Mello
PDT.....
PSDB.....
PL.....Edno Guimarães
PSB.....Ricardo Maia
PSC.....Chico Noroeste

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 005ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE MARÇO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Com satisfação registramos a presença do Vereador de Maringá, vice-Presidente da Câmara, Vereador Valdir Pignata. Seja bem-vindo a Casa, Vereador.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. EDGAR BUENO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, requero verificação de quórum.

O SR. ALGACI TÚLIO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação com chamada nominal dos Srs. Deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados**)

31 Srs. Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 006/99

Curitiba, em 26.02.99.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre a isenção da contribuição previdenciária de servidores e pensionistas estaduais para os Fundos de Natureza Previdenciária instituídos pela Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Conforme determinado pelo Art. 40 da Constituição Federal e pela Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, os regimes próprios de previdência devem ser desenvolvidos com observância do equilíbrio atuarial e financeiro.

Como é sabido, para preservar este equilíbrio, o Poder Executivo viu-se obrigado a vetar, de forma integral, o Art. 118 do Projeto originador daquela lei que, em face de emenda aprovada pelos Deputados dessa augusta Casa, propugnava pela isenção total e irrestrita da contribuição previdenciária de todos os servidores e militares com mais de 70 anos.

Ao ensejo do veto, determinei que se refizessem estudos atuariais de modo a verificar a possibilidade de isenções sem que estas implicassem no desequilíbrio do Sistema de Seguridade Funcional do Estado e evitando aumento excessivo da contribuição dos servidores do Estado.

Estes estudos levaram à conclusão de que, com grande esforço na gerência do Sistema, poder-se-á isentar os servidores e pensionistas com 70 anos ou mais que tenham proventos iguais ou menores a R\$300,00 (trezentos reais), bem como aqueles que, dentro desta faixa etária, recebam

aposentadoria ou pensão em decorrência de invalidez permanente.

Por outro lado, aproveitando a oportunidade do advento de nova lei dispondo sobre o Sistema de Seguridade Funcional do Estado, propõe-se, também, alterações de redação a dispositivos da Lei nº 12.398, de 30.12.98, visando corrigir algumas imperfeições existentes, modificações essas que, embora não alterem a substância dos dispositivos atingidos, são necessárias no sentido de evitar-se variadas interpretações sobre a matéria de que tratam.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os Servidores Públicos e Militares do Estado, inativos, bem como os pensionistas estaduais, que contem com mais de 70 (setenta) anos de idade e auferiram proventos ou pensão de até R\$300,00 (trezentos reais), ficam isentos da Contribuição Previdenciária para os Fundos de Natureza Previdenciária de que trata a Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 2º - Também ficam isentos da contribuição de que trata o artigo primeiro, os Servidores Públicos e Militares do Estado inativados por invalidez permanente bem como os dependentes de Servidores e Militares que recebam pensão previdenciária em decorrência de invalidez permanente.

Art. 3º - Os dispositivos adiante referidos, da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, passam a ter a seguinte redação:

Inciso II, do art. 7º:

"II - homologar, para o fim de conferir-lhes eficácia, os atos referidos nas alíneas b, d, e, g, h, i, j, k e l, do inciso I do Art. 12, e os demais previstos em outros dispositivos desta Lei;"

§ 5º, do art. 10:

"§ 5º - Os demais Conselheiros serão assim indicados:

- a) 1 (um) efetivo, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;
- b) 1 (um) efetivo, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
- c) 1 (um) efetivo, pelo Ministério Público; e
- d) 1 (um) efetivo, pela Associação dos Fundos de Pensão do Paraná."

Art. 19:

"Art. 19 - Ao Diretor de Serviços Médico Hospitalares competem as ações relativas aos serviços médicos, hospitalares e complementares, de que trata esta lei, inclusive quando prestados por terceiros e o acompanhamento e controle da execução dos Planos de Serviços Médico-Hospitalares e do respectivo Plano de Custeio Atuarial."

Inciso II, do art. 28:

"II - pelas doações efetivadas pelo Estado e destinadas especificamente a cada um dos Fundos;"

§ 2º, do art. 40:

"§ 2º - Quanto aos agentes públicos de que tratam os Arts. 73 e 75, será observado o disposto no *caput* e no § 1º deste artigo, e o prescrito nos convênios a que se refere aquele primeiro dispositivo citado."

§ 4º, do art. 42:

"§ 4º - Não será computado o tempo de coabitação simultânea, mesmo em tetos distintos, entre o segurado e mais de uma pessoa."

Art. 43:

"Art. 43 - A perda da condição de segurado, dependente ou pensionista dar-se-á nos casos previstos no Art. 40, e respectivos incisos e parágrafos."

§ 1º do art. 50, passando a constituir-se parágrafo único:

"Parágrafo Único - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição previstos neste artigo serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio."

§§ 6º, 7º, 11, 12 e 13, do art. 60:

"§ 6º - Se o segurado for viúvo, ou se o cônjuge ou convivente não tiver direito à pensão, o benefício a ser pago aos filhos ou outros dependentes a estes equiparados, nos termos do inciso II e § 1º, do art. 42, antes da divisão a que alude a segunda parte do § 4º deste artigo, será acrescida da cota familiar de 35% (trinta e cinco) por cento, calculada com base no valor global do benefício."

"§ 7º - Inexistindo os dependentes de que tratam os incisos I e II do Art. 42, o benefício poderá ser pago, após o abatimento da cota familiar de 35% (trinta e cinco por cento), em partes iguais, aos dependentes inscritos pelo segurado, conforme §§ 5º a 8º do Art. 42."

"§ 11 - Se o ex-cônjuge ou ex-convivente do segurado for credor de alimentos, sua participação na pensão previdenciária levará em conta o respectivo valor dos alimentos que receberia do servidor."

“§ 12 - No caso do parágrafo anterior, o valor do benefício será calculado mediante o abatimento do valor dos alimentos sobre o valor da pensão, dividindo-se o valor remanescente com observância do que dispõem o “caput” e os §§ 3º a 6º deste artigo, caso em que a cota familiar será calculada sobre o valor remanescente.”

“§ 13 - Caso não haja outros dependentes, o valor remanescente de que trata o § 12 será cancelado.”

Art. 73, caput e § 1º:

“Art. 73 - A PARANAPREVIDÊNCIA poderá celebrar convênio com todos os Poderes, inclusive o Ministério Público do Estado e o Tribunal de Contas do Estado, tendo por objeto assegurar aos titulares de cargos em comissão, os benefícios previdenciários de que trata esta Seção.”

“§ 1º - Os titulares de cargo em comissão, farão jus, no curso de ocupação do cargo comissionado, ao benefício de aposentadoria por invalidez permanente, nas mesmas condições previstas nos Arts. 45 a 48, ressalvando-se que a proporcionalidade será calculada sobre o tempo de ocupação de cargo comissionado, conforme disposto no respectivo convênio; e os dependentes terão direito à pensão por morte, se o falecimento se der durante o período da ocupação do cargo, ou, ainda, na situação, do agente, como inativo ou inválido.”

Art. 79:

“Art. 79 - Os segurados ativos, inativos e os pensionistas contribuirão, mensal e obrigatoriamente, para o Fundo de Serviços Médico-Hospitalares, com percentual de 2% (dois por cento) sobre o total de sua remuneração, subsídios, proventos e pensão.”

§ 4º, do art. 82:

“§4º - Enquanto não efetivado o encaminhamento a que se refere o parágrafo anterior, a PARANAPREVIDÊNCIA não estará obrigada a efetivar o pagamento dos benefícios correspondentes.”

Art. 84:

“Art. 84 - A contribuição mensal do Estado para o Fundo de Serviços Médico-Hospitalares consistirá no percentual de 2% (dois por cento) dos valores creditados em folha de pagamento do total das remunerações, proventos e pensões dos servidores ativos, inativos, dos militares da ativa, da reserva remunerada ou reformados e pensionistas.”

§ 3º, do art. 86:

“§ 3º - Sob pena de incidir em infração administrativa, a medida prevista no parágrafo anterior deverá ser tomada de forma compulsória pelo Diretor-Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA, até 10 (dez) dias após a constatação da ausência de recolhimento.”

§ 2º, do art. 102:

“§ 2º - No caso do parágrafo anterior, o patrimônio físico da PARANAPREVIDÊNCIA deverá ficar vinculado às finalidades afetas à previdência e aos serviços médico-hospitalares dos servidores, militares, seus dependentes e pensionistas estaduais.”

Art. 110:

“Art. 110 - O Estado do Paraná deverá figurar como litisconsorte e assistente em todos os processos judiciais em que a PARANAPREVIDÊNCIA for parte no pólo passivo, e que digam respeito a benefícios previdenciários ou a serviços médico-hospitalares.” e

Inciso IV, do art. 112:

“IV - por invalidez permanente independentemente do tempo de contribuição, com proventos proporcionais ao tempo de serviço do segurado, salvo quando decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, avaliadas pela junta médica, hipóteses em que os proventos serão integrais.”

Art. 4º - As referências “Secretário Especial para Assuntos de Previdência” feitas pela lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998 ou por outros atos que vierem a ser editados, serão automaticamente substituídas por “Secretaria de Estado da Administração”, caso venham ser extintas as funções do referido Secretário Especial.

Art. 5º - Ficam expressamente revogadas as Leis nºs 4.339, de 18 de fevereiro de 1961; 4.766, de 13 de novembro de 1963; 4.975, de 02 de dezembro de 1964; 10.464, de 05 de outubro de 1993; 10.219, de 21 de dezembro de 1992, os Arts. 138 a 145 e 248 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e o Art. 6º da Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/057 a 139/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

264/98: De autoria do Deputado José Tavares que, declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras de Bela Vista do Paraíso, com sede e foro no Município de Bela Vista do Paraíso, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.466. **Anote-se - Arquivo-se.**

482/98: De autoria do Deputado Durval Amaral que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Parque Rio da Onça, com sede no Município de Matinhos e foro no Município de Guaratuba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.467. **Anote-se - Arquivo-se.**

506/98: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação das Pessoas Carentes de Terra Rica - ASPECTER, com sede e foro no Município de Terra Rica, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.468. **Anote-se - Arquivo-se.**

478/98: - De autoria do Deputado Sérgio Spada que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim São João Del Rey, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.469. **Anote-se - Arquivo-se.**

481/98: - De autoria do Deputado Cezar Silvestri que, declara de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais, com sede e foro no Município de Laranjeiras do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.470. **Anote-se - Arquivo-se.**

190/98: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama que, declara de Utilidade Pública a Associação Belém - Serviço Social da Assembléia de Deus, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.471. **Anote-se - Arquivo-se.**

307/98: De autoria do Deputado Luiz Accorsi que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tamboara, com sede e foro no Município de Tamboara, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.472. **Anote-se - Arquivo-se.**

532/97: De autoria do Deputado Walmor Trentini que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz de Monte Castelo - APAE, com sede e foro no Município de Santa Cruz do Monte Castelo, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.473. **Anote-se - Arquivo-se.**

162/98: De autoria do Deputado Nereu Moura que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Saudade do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.474. **Anote-se - Arquivo-se.**

348/98: De autoria do Deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública a Associação Regional de Suinocultores do Oeste - ASUINOESTE, com sede e foro na Cidade de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.475. **Anote-se - Arquivo-se.**

488/97: De autoria do Deputado Neivo Beraldin que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Campo Largo - AGROCAMPO, com sede e foro no Município de Campo Largo, o qual convertido em lei tomou o nº 12.476. **Anote-se - Arquivo-se.**

296/98: De autoria do Deputado Cesar Seleme que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Pinhalão, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.477. **Anote-se - Arquivo-se.**

490/97: De autoria do Deputado Cesar Seleme que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Abranches e Vila Diana, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.478. **Anote-se - Arquivo-se.**

257/98: De autoria do Deputado Durval Amaral que, declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores Rurais Nova Esperança, com sede no Município de Mandirituba e foro no Município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.479. **Anote-se - Arquivo-se.**

480/98: De autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária São Francisco, com sede e foro no Município de Laranjeiras do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.480. **Anote-se - Arquivo-se.**

385/98: De autoria do Deputado Élio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Céu Azul e foro no Município de Matelândia, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.481. **Anote-se - Arquivo-se.**

036/98: De autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública o S.O.S. Vida - Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoólatras de Pato Branco, com sede e foro no Município de Pato Branco, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.482. **Anote-se - Arquivo-se.**

505/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação pré-Escolar Padre José de Anchieta, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.483. **Anote-se - Arquivo-se.**

389/98: De autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Basketball, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.484. **Anote-se - Arquivo-se.**

426/97: De autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM, da Escola Estadual Dr. Leopoldino L. Ferreira, com sede e foro no Município de Cambé, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.485. **Anote-se - Arquivo-se.**

680/97: De autoria do Deputado Horácio Rodrigues, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Sérgio Luiz Bassi, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.486. **Anote-se - Arquivo-se.**

490/98: De autoria do Deputado Marquinhos Alves, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná aos Senhores José Lima Sobrinho e Durval Lima, da dupla sertaneja "Chitãozinho e Xororó", o qual convertido em Lei tomou o nº 12.487. **Anote-se - Arquivo-se.**

195/98: De autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a instalar uma CIRETRAN no Município de Realeza, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.488. **Anote-se - Arquivo-se.**

157/98: De autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que concede o título de Cidadão Benemérito ao Senhor Waltel Branco, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.489. **Anote-se - Arquivo-se.**

218/98: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Comendador Manuel Alho da Silva, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.490. **Anote-se - Arquivo-se.**

053/98: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Polini, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.491. **Anote-se - Arquivo-se.**

165/97: De autoria do Deputado Horácio Rodrigues, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Adolar Nicoluzzi, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.492. **Anote-se - Arquivo-se.**

254/98: De autoria do Poder Executivo, que estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.493. **Anote-se - Arquivo-se.**

346/98: De autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos - ADEFICA, com sede e foro na Cidade de Céu Azul, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.494. **Anote-se - Arquivo-se.**

315/98: de autoria do Deputado Reny Bor-satto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Habitacional Marialva I, com sede e foro no Município de Marialva, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.495. **Anote-se - Arquivo-se.**

308/98: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Mirim Ribeirão-Clarense, com sede e foro no Município de Ribeirão Claro, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.496. **Anote-se - Arquivo-se.**

314/98: De autoria do Deputado Reny Bor-satto, que declara de Utilidade Pública a Associação Ponta-grossense de Portadores das Deformações Faciais - APPDF, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.497. **Anote-se - Arquivo-se.**

443/98: De autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim II, com sede no Município de Pinhais e foro no Município de Piraquara, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.498. **Anote-se - Arquivo-se.**

440/98: De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Creche Nossa Senhora de Lourdes, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.499. **Anote-se - Arquivo-se.**

426/98: De autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Casa de recuperação Água da Vida - CRAVI, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.500. **Anote-se - Arquivo-se.**

424/98: De autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a C.M.T.I. - Clube da Média e Terceira Idade, com sede e foro na Cidade de Chopinzinho, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.501. **Anote-se - Arquivo-se.**

382/98: De autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Infância - Creche João Paulo II, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.502. **Anote-se - Arquivo-se.**

403/98: De autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunidade Cristã Pato Branco, com sede e foro na Cidade de Pato Branco, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.503. **Anote-se - Arquivo-se.**

323/98: De autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede em Nova Tebas e foro em Pitanga, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.504. **Anote-se - Arquivo-se.**

380/98: De autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o centro de Tradições Gaúchas Sentinelas do Pago, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.505. **Anote-se - Arquivo-se.**

495/98: De autoria do Deputado Emerson Nerone, que declara de Utilidade Pública a Fraternidade Beneditina Mãe da Divina Providência, com sede e foro na Cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.519. **Anote-se - Arquivo-se.**

423/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a anexar o imóvel que especifica, ao Parque Estadual das Lauráceas, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.506. **Anote-se - Arquivo-se.**

113/98: De autoria do Deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a firmar rratificação da escritura pública de doação de imóvel feita ao município de Engenheiro Beltrão, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.507. **Anote-se - Arquivo-se.**

499/98: De autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação Bonsucesense de Idosos, com sede e foro no Município de Bom Sucesso do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.508. **Anote-se - Arquivo-se.**

496/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Apoio ao Programa de Educação Respiratória, com sede e foro no Município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.509. **Anote-se - Arquivo-se.**

430/98: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Lar dos Idosos Otávio Cardoso de Barros, com sede e foro no Município de Curiúva, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.510. **Anote-se - Arquivo-se.**

491/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Lidianópolis, com sede no Município de Lidianópolis e foro no Município de Ivaiporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.511. **Anote-se - Arquivo-se.**

324/98: De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social de Castrolândia, com sede e foro na Cidade de Castro, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.512. **Anote-se - Arquivo-se.**

415/98: De autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Fundação Iniciativa, Mantenedora de Casas Lares, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.513. **Anote-se - Arquivo-se.**

483/98: De autoria dos Deputados Carlos Simões e Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública o Projeto Recriar Família e Adoção, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.514. **Anote-se - Arquivo-se.**

424/97: De autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM da Escola São José, com sede e foro no Município de Cambé, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.515. **Anote-se - Arquivo-se.**

421/98: De autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação Medianeirense dos Deficientes Físicos - AMEDEF, com sede e foro no Município de Medianeira, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.516. **Anote-se - Arquivo-se.**

419/98: De autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Batista Independente de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.517. **Anote-se - Arquivo-se.**

345/98: De autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública o Instituto Popular de Assistência Social - IPAS, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.518. **Anote-se - Arquivo-se.**

428/97: De autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM do Colégio Estadual Manuel Bandeira, com sede e foro no Município de Cambé, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.520. **Anote-se - Arquivo-se.**

494/98: De autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Associação Franciscanas Angelinas - AFRANGEL, com sede e foro no Município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.521. **Anote-se - Arquivo-se.**

463/98: De autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Iretama, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.522. **Anote-se - Arquivo-se.**

493/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - ADEMADAN, com sede e foro no Município de Antonina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.523. **Anote-se - Arquivo-se.**

464/98: De autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de São João do Triunfo, o

qual convertido em Lei tomou o nº 12.524. **Anote-se - Arquivo-se.**

479/98: De autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação de Idosos São Vicente de Paulo, com sede e foro Município de Palmital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.525. **Anote-se - Arquivo-se.**

465/98: De autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Grandes Rios, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.526. **Anote-se - Arquivo-se.**

333/98: De autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo Inácio - APAE, com sede e foro no Município de Santo Inácio, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.527. **Anote-se - Arquivo-se.**

456/98: De autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários das Empresas Cherobim, com sede e foro no Município de Palmeira, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.528. **Anote-se - Arquivo-se.**

446/98: De autoria do Deputado Miltinho Puppio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Mauá da Serra, com sede e foro no Município de Mauá da Serra e foro no município de Marilândia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.529. **Anote-se - Arquivo-se.**

394/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que altera o art. 1º, da Lei nº 8.793, de 26 de maio de 1988, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.530. **Anote-se - Arquivo-se.**

444/98: De autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública o Projeto Gente de Quedas do Iguaçu, com sede e foro no Município de Quedas do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.531. **Anote-se - Arquivo-se.**

429/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Hospital São José, com sede e foro no Município de Carlópolis, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.532. **Anote-se - Arquivo-se.**

427/97: De autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM do Colégio Estadual Antonio Raminelli, com sede e foro no Município de Cambé, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.533. **Anote-se - Arquivo-se.**

420/98: De autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Fênix, o qual con-

vertido em Lei tomou o nº 12.534. **Anote-se - Arquivo-se.**

418/98: De autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Clube dos Idosos Imaculada Conceição - Cidade Sul, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.535. **Anote-se - Arquivo-se.**

417/98: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Moradias Zimbros, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.536. **Anote-se - Arquivo-se.**

411/98: De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação Creche Martinho Lutero, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.537. **Anote-se - Arquivo-se.**

373/98: De autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Casa Lar - Sociedade Assistencial Ebenézer, com sede e foro no Município de Jaguapitã, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.538. **Anote-se - Arquivo-se.**

326/98: De autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Reserva, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.539. **Anote-se - Arquivo-se.**

301/98: De autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública o Paranaíba Atlético Clube, com sede e foro no Município de Paranaíba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.540. **Anote-se - Arquivo-se.**

299/98: De autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Instituto Paranaense de Acreditação em Serviços de Saúde, com sede e foro nesta e comarca de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.541. **Anote-se - Arquivo-se.**

275/98: De autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Desportos Universitários, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.542. **Anote-se - Arquivo-se.**

512/98: De autoria do Deputado Cezar Silvestri, que denomina Rodovia Engenheiro Luiz Douglas de Araújo, a PR-364, Trecho BR 277 (Três Capões) - Goioxim - Marquinho, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.543. **Anote-se - Arquivo-se.**

422/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que denomina de Feira do Paraná, a Exposição Agropecuária e Industrial, realizada pelo Governo do Estado do Paraná, anualmente, no Parque Castelo Branco, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.544. **Anote-se - Arquivo-se.**

511/98: De autoria do Deputado Marquinhos Alves, que denomina Rodovia Prefeito Doutor Hermínio Takatuji, a Rodovia PR-554, que interliga a Rodovia PR-467 e a Rodovia PR-323, passando por São Jorge do Ivaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.545. **Anote-se - Arquivo-se.**

470/98: De autoria do Deputado Joel Coimbra, que denominada Centro de Ressocialização Professor Horácio Racanello Filho, o Presídio Industrial de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.546. **Anote-se - Arquivo-se.**

386/98: De autoria do Deputado Carlos Simões, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Roberto Demeterco, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.547. **Anote-se - Arquivo-se.**

387/98: De autoria do Deputado Orlando Pesutti, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, "post mortem", ao Senhor Maurício Roslindo Fruet, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.548. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 016/98, do Senhor Artagão de Mattos Leão - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório de Atividades do Tribunal de Contas, relativo ao 4º Trimestre de 1998, o Relatório Anual de 1998 e o Relatório de Atividades Gestão 1996/97/98. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 043/99, relativo à Mensagem Governamental nº 006/99, que dispõe sobre a isenção de contribuição previdenciária e retifica dispositivos da Lei nº 12.398/98 - PARANAPREVIDÊNCIA.

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 102

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação da Proposição de Veto nº 029/98, relativa à Mensagem Governamental nº 050/98, que dispõe sobre o PARANAPREVIDÊNCIA.

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da Redação Final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário voto de profundo pesar à família do Prefeito Francisco Dors, do Município de Realeza pelo momento de grande tristeza na perda de sua progenitora, juntando as suas condolências como forma de solidariedade e pesar.

Requer ainda, que após aprovado, seja dado ciência à família do ilustre homem público, na Prefeitura Municipal de Realeza - PR.

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) ADEMAR LUIZ TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 097

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Diretor Presidente da FUNDEPAR, solicitando liberação do Fundo Rotativo das Escolas Estaduais visto que isso não ocorre desde outubro de 1998.

A não liberação vem causando sérios problemas na comunidade, como, por exemplo, execução de APM's de Diretores de Escola pelo não cumprimento dos prazos de pagamentos dos compromissos assumidos.

Desta forma, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para ver esta questão resolvida, peço aprovação ao presente requerimento.

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Fundo Rotativo foi constituído pela Lei Estadual nº 10050/92 para propiciar às escolas estaduais os recursos necessários às despesas de sustentação e conservação de prédios e equipamentos, bem como complementar recursos para a merenda escolar.

Já no primeiro ano de sua implementação - 1993 - através do Fundo Rotativo, a FUNDEPAR destinou R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) para todas as escolas estaduais, que, com este

recurso, puderam não só manter instalações como também adquirir novos equipamentos.

A existência do Fundo Rotativo foi um passo fundamental para assegurar autonomia às escolas, dotando seus diretores de meios para a realização de uma gerência efetiva e eficaz.

A situação se tornou crítica, a nível estadual, com cerca de 2.100 escolas sem receber desde outubro de 1998.

A falta de repasse do Fundo está comprometendo não só o bom funcionamento das escolas mas também vem acarretando em execução de APM's e de diretores de escola pelo não cumprimento dos prazos de pagamentos dos compromissos assumidos anteriormente.

REQUERIMENTO Nº 100

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Cândido Manoel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a instalação de uma nova unidade do Corpo de Bombeiros na região sul do Município de Londrina - PR.

Requer ainda, que seja dado ciência aos Excelentíssimos Senhores Cel. QOPM Luiz Fernando de Lara, Comandante Geral da Polícia Militar, Cel. QOBM José Renato Nogaroli, Comandante do Corpo de Bombeiros, Renato Silvestre Araújo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Londrina e demais Vereadores.

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

A instalação dessa nova unidade irá proporcionar maior segurança aos moradores da região sul onde o número de habitantes é de aproximadamente 140 mil habitantes, em virtude da Sede estar localizada a uma distância muito grande dessa região, dificultando um rápido atendimento que muitas vezes pode ser fatal.

REQUERIMENTO Nº 110

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Giovani Gionédís, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando os valores mensais repassados pelo Governo Federal referente ao "Salário-educação" durante o ano de 1998.

Sala Das Sessões, em 02.03.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 111

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da Senhora Ivete Cichon, residente à Rua Haiti, 352 - Vila Varginha, a qual solicita a limpeza da valeta existente em frente à sua residência.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 869-6595.

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 112

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Senhora Duzinda Pires Perine, já feito através de nosso requerimento LCM/AL/16.812 de 15.09.98 e infelizmente não atendido até a presente data.

Com as chuvas, a situação piorou sensivelmente, prejudicando ainda mais os moradores do local. Diante dos fatos, a Senhora Duzinda reitera seu pedido e pede urgência no atendimento.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 257-1063.

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 113

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Professor Omar Gonçalves da Motta - Bairro Boa Vista, que pedem policiamento ostensivo no Conjunto Abaeté II, devido ao alto índice de vandalismo que vem ocorrendo, principalmente à noite.

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 118

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e nos termos Regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Dr. Jaime Lerner, no sentido de promover a municipalização da área de abrangência do com-

plexo turístico denominado “Vila Velha” no Município de Ponta Grossa. Faz-se notar que o referido complexo de “Vila Velha” já esteve na órbita da administração municipal de Ponta Grossa, tendo sido estadualizado dentro de uma política há época considerada pelas autoridades do Estado, como sendo de real interesse. Entretanto, na perspectiva da moderna administração, não existe nenhum elemento técnico ou político que justifique a permanência de tal realidade. É notório que o Município de Ponta Grossa possui todos os requisitos necessários para a administração do complexo, e certamente com grande proveito para a população local e todos aqueles que se sentem responsáveis na administração e preservação da natureza e do meio ambiente.

Finalmente, dentro da perspectiva de conservação da natureza e meio ambiente, agrega-se o fato de que tais logradouros constituem-se em polo de pesquisa, reflexão e de geração de renda e empregos, que notoriamente serão melhor administrados pelo Município.

Sala das Sessões, em 02.03.99

(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO Nº 119

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Herwig, solicitando a continuidade das obras da trincheira na Avenida Presidente Kennedy, entre o viaduto Presidente Eurico Batista Rosas e a Avenida Nicolau Klüppel Neto, via de acesso ao Núcleo Habitacional Santa Paula.

De acordo com declaração do Secretário Municipal de Planejamento, em setembro de 1998, a obra seria retomada pela empreiteira H. Costa, mas já se passaram seis meses e as obras continuam paralisadas.

Sala das Sessões, em 02.03.99

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 121

Senhor Presidente.

O Deputado Carlos Simões, infra assinado no uso de suas atribuições submete à apreciação do Plenário desta Casa de Leis a seguinte proposição:

REQUER seja encaminhado expediente ao Senhor Diretor Geral da Polícia Civil para que informe quais são as providências tomadas com relação as irregularidades ocorridas no cartório da Delegacia de Polícia do Município de Campo do Tenente, no que tange ao desaparecimento do livro de ocorrências daquele órgão.

Justifica-se o pedido por termos obtido informações de moradores daquela localidade que estão apreensivos quanto ao clima de insegurança e arbitrariedades que ocorrem no âmbito policial civil.

Sala das Sessões em 02.03.99

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 123

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner - DD. Governador do Estado do Paraná, com cópia para o Senhor Gilberto Giacóia - DD. Procurador Geral da Justiça, Senhor Gil Lorusso - DD. Prefeito Municipal de Piraquara, Senhor Paulo Yoshikatsu Kawahara - DD. Diretor Presidente da COMEC e ao Senhor Ingo Henrique Hubert - DD. Diretor Presidente da COPEL, solicitando providências imediatas para regularizar o sistema de energia elétrica na região de invasão do Guarituba, Município de Piraquara-PR.

Sala das Sessões, em 02.03.99

(a) RICARDO CHAB.

JUSTIFICATIVA:

No último dia 21 de fevereiro, a jovem Denise Gonçalves Junqueira, de 38 anos, grávida de 04 meses, teve morte acidental eletrocutada quando escorregou e ao cair segurou em uma cerca de arame e recebeu uma grande carga elétrica, entrando em óbito no local perto desta cerca havia diversos fios de luz passando, fios estes que estavam ligados ao poste de alta tensão.

Outros casos constam como do Senhor Ademir Aparecido da Silva, 38 anos casado, pedreiro, residente à Rua Jardim Guarituba, vítima fatal de choque elétrico, bem como, da menor Janaina Przedzemirski, 05 anos de idade, que veio a falecer no dia 17 de novembro de 1998, vítima de choque elétrico na mesma região.

Diante dos relatos fica insustentável a Situação dos moradores que vivem na região do Guarituba, no município de Piraquara, pelas inúmeras mortes com a mesma causa, o que nos leva a constatar a inoperância do poder público ante a questão de extrema periculosidade e a falta de urgência para buscar medidas que venham sanar os problemas que resultam nas mortes ocorridas nessa região, que conseqüentemente são fruto do descaso político, que não prioriza a vida humana.

Um governo que afirma estar preocupado com a área social, não pode mais permanecer nesse e estado de indiferença e insensibilidade diante dessa fatalidade, que ceifa a vida de tantos cidadãos, que no dia-a-dia, já se vêem privados de

determinadas condições básicas que lhe garantam qualidade de vida.

Solicito desta forma das autoridades competentes que sejam adotadas medidas urgentes para instalação de infra-estrutura de energia elétrica na região do Guarituba, Município de Piraquara.

REQUERIMENTO Nº 098

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, da COHAPAR, esclarecimento sobre as taxas dos mutuários do Projeto Casa Fácil, nominados Parque Verde, no município de Entre Rios do Oeste.

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 099

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado pedido de informações a Exma. Sra. Alcyone Vasconcelos Saliba, DD. Secretária de Estado da Educação, indagando o seguinte:

1) - Se os convênios entre o Governo do Estado e as APAES, para pagamento de professores e funcionários que atuam na educação de excepcionais já foi firmado para o atual exercício?

2) - Em caso positivo:

a) Qual a data da assinatura?

b) Quando foram repassados os recursos?

c) Quais os municípios conveniados?

3) - Em caso negativo, quais as razões da não renovação dos Convênios?

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

As razões da solicitação são as sérias dificuldades enfrentadas pelas APAES para manter esta missão meritória e de grande valor humano e social, que é a educação de nossas crianças excepcionais.

REQUERIMENTO Nº 122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado à Secretaria de Administração, Maria Elisa Paciornik, e ao Superintendente do Instituto de Previdência Estadual - IPE, Senhor, Rubens Drumond de Carvalho, as seguintes informações:

1) Qual o montante da dívida que o Governo do Estado possui para com o IPE, referente ao repasse de 2% da contribuição dos servidores para Assistência Médico-Hospitalar?

2) Qual o montante total da dívida que o Governo do Estado possui para com o IPE?

3) Quais foram as medidas adotadas por esta Autarquia, no sentido de obrigar o Governo do Estado a saldar seus débitos?

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) PÉRICLES MELLO

Apoio: Ângelo Vanhoni e Hermas Fonseca.

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica pela necessidade de se ter conhecimento sobre o volume das dívidas do Governo do Estado para com o IPE, notadamente, em relação ao repasse do percentual referente à contribuição médico-hospitalar.

Ademais, resta fundamental saber qual é o montante total da dívida do governo do Estado para com a Autarquia IPE, uma vez que o patrimônio desta, irá incorporar o patrimônio da recém criada PARANAPREVIDÊNCIA.

O Governo do Estado tem apresentado a PARANAPREVIDÊNCIA como sendo a panacéia para todos os males do Estado do Paraná não obstante, ser um dos maiores devedores do IPE, cujo patrimônio será a base principal da entidade recém criada. Tal fato vem solapar as bases da proposta ora em implementação.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 044/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública AMOVAR - Associação Moradores da Vila Araponguinha e Região, do Município de Arapongas, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública a AMOVAR - Associação de Moradores da Vila Araponguinha e Região, com sede e Fórum no Município de Arapongas, neste Estado, o fazemos conscientes da necessidade da referida Associação beneficiar os moradores daquela comunidade, através da identificação, mobilização e formação de novas idéias capazes de representar os diversos interesses da população.

Terá também como finalidade, auxiliar os trabalhos desenvolvidos pela Associação, sem distinção de raça, cor, sexo, religião, política ou de

outra natureza, origem nacional ou social, a fim de obter os direitos e interesses dos mesmos.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1998 AMOVAR-ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA ARAPONGUINHA E REGIÃO

- Festa Junina com rua de lazer realizado no mês de julho, para angariar recursos para manutenção sede da Associação no mês de junho de 1998.

- Festa do dia das crianças com distribuição de doces no dia 12 de outubro de 1998.

- Palestras com tema "Aids" e "Gestantes", com Dr. Evaldo Sanches, Secretário de Saúde de Arapongas, realizados em Outubro e Novembro de 1998.

- Encaminhamos para atendimento médico e farmacêutico com Dr. Valdecir Oliveira, vários associados durante todo ano de 1998.

- Aulas de Karatê e Capoeira com o mestre Adilson Fornazieri, durante todo ano de 1998.

- Fornecimento de Cestas Básicas para os associados em dificuldades financeiras.

- Reivindicações junto a Prefeitura Municipal para melhorias de infra-estrutura como: boeiros entupidos, limpeza pública, iluminação pública e combate ao mosquito da dengue.

- Abaixo assinado encaminhado a Secretaria Estadual de Educação, reivindicando aumento das salas de aula na Escola Estadual "Antonio Racanelo Sampaio", para implantação do 2º Grau.

- Reivindicação de ambulâncias para atendimento a comunidade.

Arapongas, em 02.03.99.

(a) ANTONIO MARTINS DOS SANTOS

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 045/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Vila Rubim - ASSAVIR - com sede e foro no Município de Cambará.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Amigos da Vila Rubim - ASSAVIR, fundada na Cidade de Cambará, no dia 22 de março de 1991, é pessoa jurídica de direito pri-

vado, sem fins lucrativos, com sede à Rua Barão de Rio Branco, 974, na referida cidade.

Encontra-se registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos sob nº 055, no Livro A-2, às fls. 09 e foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 1009/93, de 1º de dezembro de 1993 e, encontra-se devidamente cadastrada no CGC/MF, sob nº 81.880.213/0001-57.

Dentre seus objetivos, a ASSAVIR orienta sua atuação para a união dos moradores da Vila Rubim, visando a participação de todos na solução dos problemas coletivos, na reivindicação de melhorias para a Vila Rubim, junto aos órgãos públicos, pela conscientização da população pelos seus direitos e obrigações e pelo bem comum de todos.

Considerando, que em seus mais de sete anos de existência a ASSAVIR vem cumprindo seus objetivos e que atende os requisitos da Lei nº 6.994/78, submetemos ao Colendo Plenário esta preposição, visando reconhecê-la como de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 046/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Ribeirão Claro, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Parágrafo Único - O órgão, de que trata o "caput" deste artigo, substituirá o atual posto de serviços do DETRAN, instalado no citado município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação do projeto de lei é de proporcionar a comunidade de Ribeirão Claro um melhor serviço com a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, tendo em vista o crescimento do Município de Ribeirão Claro e o aumento contínuo da frota de veículos automotores naquela região do Estado.

Hoje, passados 15 anos, da criação das CIRETRANS no Estado do Paraná, as estatísticas demonstram, não só o crescimento populacional, como o aumento do número de veículos, havendo necessidade da agilização na prestação de serviços por parte do Estado.

Diante dessa situação é que se faz necessário a criação de uma CIRETRAN no Município de Ribeirão Claro.

Considerando a relevância do benefício para aquela progressista cidade do nosso Estado, esperamos contar com o apoio dos Senhores Deputados para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 047/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Ortigueira, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Parágrafo Único - O órgão, de que trata o caput deste, substituirá o atual posto de serviços do DETRAN, instalado no citado município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.99.
(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação do Projeto de Lei é de proporcionar à comunidade de Ortigueira um melhor serviço com a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, tendo em vista o crescimento do Município de Ortigueira e o aumento contínuo da frota de veículos auto motores naquela região do Estado.

Hoje, passados 15 anos, da criação das CIRETRANS no Estado do Paraná, as estatísticas demonstram, não só o crescimento populacional, como o aumento do número de veículos, havendo necessidade da agilização na prestação de serviços por parte do Estado.

Diante dessa situação é que se faz necessário a criação de uma CIRETRAN no Município de Ortigueira.

Considerando a relevância do benefício para aquela progressiva cidade do nosso Estado, esperamos contar com o apoio dos Senhores Deputados para aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 048/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais de Leonardos com sede e foro no município de Reserva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.99.
(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, é feito de conformidade com o disposto na Lei nº 6.994, tendo em vista que a Associação dos Produtores Rurais de Leonardos - APROLE, situada no Bairro Leonardos, Município de Reserva - PR., cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 1º do referido diploma legal.

Associação dos Produtores Rurais de Leonardos - APROLE, fundada em 2 de maio de 1998, é uma entidade, sem fins lucrativos, tendo por objetivo: a união das pessoas que se dedicam a atividade agrícola, pecuária, avícola, hortifrutigranjeira, florícola, piscicultura, apícola ou extrativas e artesanais, estimulando o desenvolvimento progressivo e a defesa de seus interesses comuns, além da prestação de bens e serviços.

Está, devidamente, registrado no Cartório de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídica, da Comarca de Reserva - PR.; sob nº 70, folhas 59, do livro A-1, de pessoa jurídica e encontra-se cadastrado no CGC/MF sob nº 02.518.422/0001-85.

Foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 006/98.

Do exposto, e tendo em vista que sua diretoria não possui nenhuma forma de benefício ou remuneração, bem como seus associados, estando desenvolvendo suas atividades na maneira determinada em seus estatutos, esperamos a aprovação do Soberano Plenário desta Casa, da Declaração de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 049/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Siqueira Campos, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Parágrafo Único - O órgão, de que trata o caput deste, substituirá o atual posto de serviços do DETRAN, instalado no citado município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.99.
(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação do Projeto de Lei é de proporcionar à comunidade de Ortigueira um

melhor serviço com a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, tendo em vista o crescimento do Município de Siqueira Campos e o aumento contínuo da frota de veículos automotores naquela região do Estado.

Hoje, passados 15 anos, da criação das CIRETRANS no Estado do Paraná, as estatísticas demonstram, não só o crescimento populacional, como o aumento do número de veículos, havendo necessidade da agilização na prestação de serviços por parte do Estado.

Diante dessa situação é que se faz necessário a criação de uma CIRETRAN no Município de Siqueira Campos.

Considerando a relevância do benefício para aquela progressista cidade do nosso Estado, esperamos contar com o apoio dos Senhores Deputados para aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 050/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná a Luiz Marcos Suplicy Hafers.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O café, que chegou a representar 70% das receitas brasileiras em 1950, sempre movimentou grandes negócios. É a 2ª (segunda) commodity do mundo nas transações internacionais.

O Brasil perdeu espaço e importância nesse mercado nos últimos anos, em virtude da perda da produtividade, das quebras de safra e da qualidade inferior do produto.

A recuperação do mercado está calçada na nova técnica de plantio, visando além da quantidade, a qualidade e o baixo custo, é o chamado plantio adensado.

A idéia de adensar café foi simultânea a muitos. Entre os pioneiros, o destaque fica para Luiz Marcos Suplicy Hafers, santista, de 61 anos, envolvido em café por todos os lados e antepassados.

Viveu no Alaska, como marinheiro e empregado de fazenda na juventude. Foi corretor e exportador de algodão, viajando por todo Nordeste do Brasil e a países como Japão, Taiwan, Tailândia, Europa, Marrocos, África do Sul e China, propagando a qualidade do algodão brasileiro.

Em 1958, arrendou terras e em 1962 comprou a Fazenda Jamaica em Ribeirão Claro no Norte Pioneiro, em nosso Estado, onde iniciou em 1963, as primeiras experiências no cultivo do café adensado.

A partir, de então o experimento foi sofrendo adaptações quanto ao espaçamento, aumento de pés de café por hectare, diversidade em podas, ruas alternadas.

Os resultados das lavouras mais densas foram espetaculares: 76 sacas/hectare beneficiadas.

Em 1990, a Cooperativa de Maringá, também adepta do adensamento, trouxe o seu apoio ao Projeto de Luiz Marcos Suplicy Hafers. O IAPAR, que tinha idéias favoráveis ao projeto, se integrou ao cultivo do café adensado.

Hoje a Fazenda Jamaica, pioneira do café super adensado, apresenta altas produções e baixos custos. É visita obrigatória aos que se dispõem a produzir café na sua nova técnica, recebendo mais de 4.000 visitantes.

O Sistema é um sucesso e a Cooperativa de Maringá tem mais de mil lavradores cultivando o café adensado.

Por todos esses méritos e trabalhos, na luta pela renovação da cultura do café no Paraná que foi líder na produção brasileira e, hoje detém apenas 5% do total nacional, que propomos o título de Cidadão Benemérito ao Senhor Luiz Marcos Suplicy Hafers, fundador e sócio conselheiro da PISA-Papel de Imprensa S/A, vice-Presidente do CNC- Conselho Nacional do Café e vice-Presidente da APAC - Associação Paranaense de Cafeicultores e presidente da SRB - Sociedade Rural Brasileira.

PROJETO DE LEI Nº 051/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Retira da 20ª Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná, criada pela Lei nº 11.353, de 14 de março de 1996 e instalada pelo Decreto nº 4282, de 24 de abril de 1998, o Município de Sulina, retornando-o à jurisdição da Região Administrativa de Pato Branco.

Art. 2º - A alteração a que se refere o Artigo 1º desta lei, inclui a retirada do Município de Sulina dos respectivos Núcleos Regionais das Secretarias de Estado criados pelo Artigo 2º, do Decreto 4282 e os demais citados pelo Parágrafo Único do mesmo antigo, retornando-o para a jurisdição dos Núcleos da região Administrativa de Pato Branco.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A origem no presente projeto de lei, deu-se em função de documentação recebida por este parlamentar, assinado pela Senhora Carla Maria Reichert, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte e pelo Senhor Amarildo Fabiane, Secretário executivo da Prefeitura Municipal de Sulina, e com apoio da Câmara Municipal desse Município.

Considerando que todos os interesses do povo de Sulina sejam eles de cunho econômico, social ou educacional, são resolvidos na região de Pato Branco, e, a mudança para a Região Administrativa de Laranjeiras do Sul, implicará em uma alteração radical dos costumes da sua população, além do que, representará um considerável aumento de despesas para todos os setores sulinaenses, resolvemos solicitar o retorno desse município à jurisdição da Região Administrativa de Pato Branco.

Esta é uma solução que vem de encontro aos interesses de toda a população de Sulina.

Ao tomarmos conhecimento do ofício nº 045/98, datado de 26 de outubro de 1998, que solicita a alteração proposta neste Projeto de Lei, imediatamente fizemos um Requerimento que foi aprovado pelo Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, solicitando providências do Senhor Governador do Estado, para que tal alteração fosse procedida.

Enviado para obter um parecer da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, anexamos cópia do referido parecer exarado pela Coordenadoria de Planejamento Institucional - CPN, o qual foi favorável ao pedido, com as seguintes palavras: "Face ao exposto, julgam os pertinentes a reivindicação do Deputado autor do requerimento, para que o município de Sulina retorne à jurisdição da Região de Pato Branco..."

Como esta alteração pressupõe a alteração da Lei nº 11.353/96, estamos apresentando projeto de lei que apresenta a alteração necessária para que os desejos dos Administradores e Povo de Sulina sejam devidamente atendidos.

Esta é a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 052/99

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam estabelecidas as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vege-

tal, oriundos da Agricultura Familiar, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Entende-se por elaboração de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, o processo utilizado na obtenção de produtos que mantém características tradicionais, culturais ou regionais, produzidos em pequena escala.

§ 1º - São considerados passíveis de beneficiamento e elaboração de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, as seguintes matérias primas, seus derivados e subprodutos:

I - carnes;

II - leite;

III - ovos;

IV - produtos apícolas;

V - peixes, crustáceos e moluscos;

VI - microrganismos;

VII - frutas e hortaliças;

VIII - cereais;

IX - outros produtos de origem animal e vegetal comestíveis.

§ 2º - A produção agroartesanar define-se pelos seguintes limites de processamento e embalagem de matéria-prima anuais:

a) até 20 toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de animais de grande porte.

b) até 50 toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de animais de médio porte.

c) até 120 toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de animais de pequeno porte.

d) até 72 mil litros para produtor individual, quando a matéria-prima for o leite.

e) até 30 toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos.

f) até 50 toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de frutas e hortaliças, incluindo a matéria-prima utilizada para elaboração de açúcar mascavo, rapadura.

g) até 5 toneladas para produtor individual quando a matéria-prima for oriunda da apicultura.

h) até 20 toneladas de matéria-prima, por produtor individual, para produção de massas, pães, doces e salgados.

i) até 52 mil dúzias por produtor individual, quando a matéria-prima for ovos.

§ 3º - O volume máximo de matéria-prima, a ser processado e embalado anualmente por estabelecimento agroartesanar, que atue de forma coletiva, deverá corresponder a somatória do volume por produtor, desde que não exceda a cinco vezes o limite individual.

§ 4º - Os produtos de que trata este artigo poderão ser comercializados em todo Estado do Paraná, cumpridos os requisitos da lei.

Art. 3º - Compete a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou a Secretaria de Estado da Saúde, a inspeção e fiscalização dos produtos agroartesanais, bem como a orientação e treinamento de técnicos e auxiliares.

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria de Estado da Saúde, poderão conveniar-se com os municípios que possuam ou tenham acesso à estrutura técnica e laboratorial, bem como com entidades públicas que preencham as condições adequadas à execução das tarefas para inspeção e funcionamento de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos, visando a garantia dos aspectos de sanidade e controle de qualidade dos produtos processados e embalados nos estabelecimentos abrangidos por esta lei.

§ 1º - Compete a Secretaria de Estado da agricultura e do Abastecimento e/ou à Secretaria de Estado da Saúde, o acompanhamento e a fiscalização das atividades inerentes aos convênios firmados com os municípios e entidades públicas, podendo ser cancelados quando não atenderem aos requisitos desta lei.

§ 2º - As prefeituras municipais e entidades públicas que possuam ou tenham acesso às estruturas técnicas e laboratorial, poderão solicitar convênio com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com o *caput* deste artigo.

Art. 5º - O estabelecimento processador e embalador agroartesanais de produtos de origem animal e vegetal deverá registrar-se junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria de Saúde, mediante formalização de pedido instruído pelos seguintes documentos:

I - requerimento, dirigido à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria de Saúde, solicitando registro e serviço de inspeção;

II - inscrição de Produtor rural na Secretaria de Estado da Fazenda ou registro de Cadastro de Contribuinte do ICMS para pessoa jurídica (associações, cooperativas, empresas);

III - a apresentação de boletim oficial de exame de água a ser utilizada por estabelecimento processador e embalador agroartesanais, cuja característica deve ser enquadrada nos padrões microbiológicos e químicos determinados pelo órgão oficial responsável.

a) quando os resultados das análises da água estiverem fora dos padrões considerados desejáveis

pelo órgão oficial responsável, impõe-se novo exame de confirmação antes de condená-la.

IV - apresentação de croqui de localização do estabelecimento, o qual não poderá transgredir o Plano diretor do Município e que não cause problemas de poluição ambiental de acordo com as normas do órgão de defesa do meio ambiente.

V - As instalações para estabelecimento processador e embalador devem estar de acordo com a produção, apresentando construções e equipamentos compatíveis com o volume de produção, respeitando um fluxograma operacional racionalizado, de modo a facilitar os trabalhos de produção, de inspeção e de higienização.

Art. 6º - Não há obrigatoriedade do estabelecimento processador e embalador possuir responsável técnico, no entanto, caso possuam, este poderá, desde que credenciado pela Secretaria de Estado do Abastecimento e da Secretaria de Estado da Saúde, executar o serviço de inspeção.

Art. 7º - O estabelecimento processador e embalador agroartesanais de produtos de origem animal e vegetal manterá livro oficial onde serão registradas as informações, recomendações e visitas do serviço de inspeção, objetivando o controle da produção.

Parágrafo Único - O serviço de inspeção poderá estabelecer a seu critério, as análises rotineiras para cada produto processado sem ônus para os produtores e/ou proprietários de estabelecimentos processadores e embaladores agroartesanais, bem como coletar novas amostras e repetir as análises que julgar convenientes.

Art. 8º - O controle sanitário dos rebanhos que geram a matéria-prima para a produção agroartesanais é obrigatório e deverá seguir orientação dos órgãos oficiais de defesa sanitária animal do Estado do Paraná.

Art. 9º - O controle sanitário de rebanhos e de produtos que geram a matéria-prima para a produção agroartesanais é obrigatória e deverá seguir orientações oficiais de defesa sanitária animal do Estado do Paraná.

Art. 10 - Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de sua qualidade.

Art. 11 - A embalagem do produto agroartesanais de origem animal ou vegetal deverá ser produzida por empresa credenciada junto ao Ministério de Saúde e o rótulo conter todas as informações preconizadas no código de Defesa do

Consumidor, indicado que é produto agroartesanal com a inscrição junto ao órgão competente.

Parágrafo Único - Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumidor acompanhados de folhetos e cartazes, contendo as informações previstas no *caput* deste artigo, os demais produtos obedecerão à legislação vigente.

Art. 12 - A caracterização de qualquer tipo de fraude, infração ou descumprimento desta lei, sujeitará o infrator às sanções previstas em lei.

Art. 13 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI

CARLOS SIMÕES

IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como objetivo dispor sobre normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal no Estado do Paraná, dotando a lei de outras providências. Este projeto é fruto das reuniões técnicas realizadas em 10 entidades sobre a transformação de produtos de origem animal e vegetal e com base nos pontos críticos como: duplicidade, confusão dos diferentes órgãos no sistema de inspeção e vigilância sanitária durante as etapas de produção, processamento e mercado. O presente projeto estipula a competência da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria da Saúde para efetuar a fiscalização e da falta de estrutura destes órgãos para atender a demanda do Estado.

O projeto pretende facilitar a elaboração de produtos agroartesanais, diminuindo as dificuldades estruturais hoje enfrentadas pelos agricultores. Estabelece que a responsabilidade frente ao consumidor caberá ao produtor, desde que cumpridos os requisitos desta lei.

Acreditam, os parlamentares que assinam o projeto, na necessidade de se definir as regras da produção artesanal de pequena escala, para criar alternativas de renda e de utilização de mão-de-obra da família, implantando ações integradas com as instituições que estão voltadas para as soluções de assistência técnica nas áreas de agropecuária, sanitária, tributária, gerencial, ambiental e de comercialização.

De outro lado, também se preocupa com a saúde do consumidor, pois obriga os produtores a

adoção de normas de higienização, conservação do produto levado ao público, entre outras. Vale notar que hoje a situação dos referidos produtores é caótica e preocupante, ficando sempre apreensivos com citada duplicidade da fiscalização e a falta de uma melhor orientação por parte dos órgãos técnicos estaduais.

O resultado da transformação pela unidade processadora agroartesanal de qualquer uma das seguintes matérias-prima: de origem animal, vegetal e dos produtos derivados extraídos, cultivados e criados na unidade familiar, através de tecnologia existentes e adequadas ao seu empreendimento, obedecidos os requisitos sanitários e tributários pertinentes à conservação do meio ambiente e à saúde dos consumidores, deverá ser identificado como produto agroartesanal, bem como sua origem, sua procedência.

O estabelecimento processador agroartesanal é destinado a produção, transformação, conservação, armazenamento, embalagem de produtos de origem vegetal e animal, deve ser construído numa unidade de pequeno porte, e produzindo em escala não industrial tradicional. Deve ser localizado no meio rural e gerenciado pelo próprio agricultor, e atendendo os requisitos legais na atividade em cada produto nele existente.

Quem é o produtor agroartesanal? É aquele que reside na unidade familiar, cultiva, extrai, cria e processa a matéria-prima, explorando com sua família a unidade agroartesanal, sem usar mão-de-obra contratada permanente.

É para beneficiar este agricultor que estamos propondo o presente projeto de lei, onde estando em pleno gozo de seus direitos, após passar pelas normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, poderão estar habilitados a competir com produtos de melhor qualidade.

Cumpra observar que o presente projeto de lei insere-se num contexto da realidade agrícola do Estado, que tem como principal protagonista o produtor agroartesanal. Por essas razões propomos que o conjunto dos agricultores tenham melhores condições de produzir o melhor dos produtos agroartesanais para atender um mercado consumidor, cada vez mais exigente, oferecendo ao produtor a oportunidade de agregar rendas ao produto, ampliando postos de trabalho no campo e aumentando a diversidade de oferta de produtos de qualidade em seus aspectos nutricionais, organolépticos e de apresentação e aumentar a arrecadação de impostos.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 053/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e instalar o 1º Distrito Policial, com sede no Bairro Planalto, com jurisdição sobre os Bairros Planalto I, Planalto II, Vila Esperança e Bela Vista, Município de Pato Branco.

Art. 2º - A jurisdição do 1º Distrito Policial será sobre os Bairros Planalto I, Planalto II, Vila Esperança e Bela Vista - que possuem as seguintes áreas limites:

Bairros Planalto I e II - ao Norte com o limite do perímetro urbano e com o lote nº 5 do Núcleo Bom Retiro; ao Sul pelo eixo da estrada municipal (limite do perímetro urbano) entre o eixo da BR-158 e Rua dos Canários, seguindo até o perímetro urbano e com o núcleo Bom Retiro; ao Leste com as chácaras nºs 26, 26-D, 26-E, 26-C, Reserva Municipal e eixo da BR-158; e a Oeste com o eixo da estrada municipal (limite do perímetro urbano);

Bairro Vila Esperança - Norte: partindo do eixo da Rua João Penso, confrotando com a Chácara nº 8; eixo da Rua Marco Penso entre a Rua Josefina Maria Leonardi, chácara nº 7-4 até o eixo da Rua José Leonardi; Sul: com o eixo da BR-158, entre as Ruas Jacó Morelatto e José Leonardi; Leste: com a Rua José Leonardi entre o eixo da BR-158 e chácara nº 7-4; Oeste: com a Rua Jacó Morelatto entre o eixo da BR-158 e Rua João Penso;

Bairro Bela Vista - Norte: partindo o eixo da BR-158, confrontando com as chácaras nºs 23, 24, 28 e 28-A até o limite do perímetro urbano e lote nº 5 do Núcleo Bom Retiro; Sul: com o Núcleo Bom Retiro, quadras nºs 647 e 648, Rua Maracanã e eixo da BR-158; Leste: partindo do eixo da BR-158 defronte com a Rua Ledovino Fazolin, seguindo pelo eixo da BR-158, até o trevo defronte a Rua Itacolomi; Oeste, com o córrego Penso e limite do perímetro urbano, Núcleo Bom Retiro.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A criação e instalação do 1º Distrito Policial de Pato Branco, com jurisdição sobre os Bairros Planalto I e Planalto II, Vila Esperança e Bela Vista, torna-se uma necessidade imperiosa ao se considerar que o aumento da população do Município de Pato Branco, acumulou as funções dos policiais militares e civis que exercem a segurança do município. Além disso o crescimento da população daqueles quatro bairros, o que hoje está estimado em uma

população de 7.500 (sete mil e quinhentos) habitantes, está a exigir uma atenção maior ao setor de segurança preventiva, o que somente se dará com a instalação de um Distrito Policial num ponto nevrálgico entre estes populosos bairros.

Preocupados com esse problema enviamos ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a designação de um delegado para dirigir os trabalhos policiais naquela área, de cuja Secretaria recebemos como resposta a impossibilidade da designação de um Delegado, por não haver sido criado o respectivo Distrito Policial.

Desta forma, atendendo os apelos da população e autoridades daquele município, apresentamos o presente projeto de lei, que por certo, trará não só a tranquilidade da população de Pato Branco - especialmente os moradores dos citados bairros - como também criará o mecanismo legal e necessário para a criação e instalação de tão esperado distrito.

Assim posto e justificado, contamos com o apoio dos nobres colegas Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor Presidente, nobres Pares desta Casa.

Desde o reinício do período legislativo, não tive oportunidade de saudar os companheiros desta Casa, formalmente, ainda que o tivesse feito particularmente com cada companheiro novo e os antigos desta Casa. Ocupo hoje a tribuna, para trazer a palavra de saudação aos novos, o abraço afetuoso, desejo de muito trabalho em mais esse período de quatro anos, nós que fomos convocados e aprovados pelas urnas e pelas eleições, para que pudéssemos representar e trazer os anseios dos nossos segmentos.

Queria aproveitar este momento, Senhor Presidente, companheiros desta Casa, ainda que mal acabei de adentrar e já fui convocado, acabei chegando com alguns minutos de atraso, mas quero deixar aqui alguns pensamentos que, creio, nortearão pelo menos o meu pensamento de vida e meu trajeto de atividades nesta Casa de Leis. Alguns projetos de lei estarão sendo colocados à Mesa, e alguns deles já o foram nesta semana, Senhor Presidente, a respeito dos interesses do bem-comum e da nossa sociedade.

E quero dizer hoje que um dos assuntos que está sendo apresentado pela mídia é a questão do incentivo que a população contribua, ou que peça notas fiscais para que haja o incentivo fiscal, isto é, para que haja uma maior arrecadação do ICM do

nosso Estado. Mas o que está se ventilando parece um tanto discriminatório, porque ela só faculta, só contempla a pessoa que gosta de jogos de futebol - não tenho nada contra os esportistas e os torcedores - e gostaria que a discussão fosse mais ampla e gostaria de pedir aos companheiros desta Casa que avaliem a questão e que possamos a partir de hoje, discutir a questão com mais amplitude para que haja uma maior abrangência e para que todos sejam contemplados, mas acima de tudo para que a arrecadação do Estado cresça, para que possamos ter possibilidades, para que o Governo do nosso Estado possa realizar as obras tão desejadas pela população.

O assunto se torna palpitante porque creio que essa lei pode ser muito mais abrangente, e não gostaria de ser o pai da criança, gostaria de partilhar com os companheiros desta Casa no pensamento de que a arrecadação do ICM é tão importante, que através dela conseguimos gerar, ou gerenciar as obras e melhorar as obras públicas do Estado. Mas por quê somente os esportistas e torcedores seriam contemplados com o desconto, ou com a possibilidade de apanhar notas fiscais e trocar por ingressos em campo de futebol? Por quê não fazer uma lei mais abrangente, onde toda a sociedade possa participar? Ao invés de trocar por ingressos em campo de futebol, trocar por vale-alimento, por vale-transporte, fazer uma lei onde todos possam participar.

Garanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que se esta lei tivesse esta abrangência, a arrecadação do Estado multiplicaria e acabariam muitos dos problemas da nossa arrecadação, bastaria que essa lei fosse um pouco mais abrangente e que as pessoas fossem contempladas.

Não sou contra aqueles que são esportistas, mas normalmente os cristão evangélicos não vão ao campo de futebol para torcer para os times. Eles podem até torcer de forma discreta, mas normalmente não participam dos campos de futebol, pela violência que se acumula e as notícias em que se veicula pela mídia de que muitas vezes os campos de futebol têm se tornado lugares de um certo perigo às famílias e às pessoas que querem evitar a violência.

Transformando esse incentivo da arrecadação de notas para trocar por vale-alimento, vale-transporte e por vale-remédio, teríamos, companheiros desta Casa, e não quero que essa lei seja somente minha, quero partilhar com os companheiros e faço questão do pedido que estou fazendo para que todos abracem esta causa, porque não quero que ela seja minha, quero apenas compartilhar com pensamentos para que o sentimento da população paranaense possa ser contemplado, porque sei que aqui estão os representantes de todos os segmentos da nossa sociedade.

São assuntos que gostaria de apresentar na sequência e em alguns outros projetos de lei que durante este período legislativo estaremos apresentando, mas esse especificamente da arrecadação, do desconto das notas fiscais para incentivo de valesportista e vale-ingresso de futebol tenha um cunho mais abrangente para que toda a nossa população seja contemplada. E, acima de tudo, com essa mudança, tenho certeza, Senhor Presidente, a arrecadação do ICM vai crescer tremendamente, porque quando isso mexe no bolso, na saúde e no pequeno lucrinho que uma pessoa da camada mais baixa da população possa ter, a arrecadação se multiplica.

Deixo aqui o nosso pensamento e o pedido de apoio de todos os companheiros para este projeto de lei. Não colocarei nele o meu nome, simplesmente gostaria de ter a participação de todos os companheiros desta Casa, para que ele tenha a abrangência total e para que todos possam participar como legislativo, contribuindo para o bem-estar da nossa sociedade paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Inscrito no Pequeno Expediente, o Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso da tribuna pela primeira vez, este ano, para manifestar o meu apoio à população de Curitiba que, nos últimos dias, tem sofrido, sobremaneira, com o descaso, com a falta de comando que está havendo nesta cidade.

Ainda hoje, pela manhã, no meu programa de rádio, comentava até com saudades do grande Prefeito Jaime Lerner, que deixou uma marca bonita de Curitiba, mas nos últimos 6 anos, Senhores Deputados - sou Deputado, sou comunicador, moro em Curitiba, tenho sentido uma Curitiba fria, enfeando, baixando a qualidade de vida, de modo geral, da população. Não só nos bairros pobres, não, em todos os níveis da população da nossa cidade.

Li ainda ontem na "Gazeta do Povo", a entrevista do Prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi, que foi meu adversário, ganhou a eleição, se apresentou melhor, convenceu a população melhor, teve méritos e é Prefeito de Curitiba; legitimamente ganhou a eleição. Na entrevista de ontem, o Prefeito Cássio Taniguchi dizia que uns 30 pontos de Curitiba não têm solução quanto às enchentes. E dizia ainda que a população de Curitiba tem que se acostumar com as enchentes.

Na eleição que disputei contra o atual Prefeito Cássio Taniguchi, ele se apresentava como sendo o único pensador inteligente de Curitiba e a população entendeu que assim era, a prova é que votou

nele, mas de repente, não tem solução... Não é possível, Senhores Deputados, que Curitiba não tenha técnicos competentes para encaminhar, para verificar, para buscar tecnicamente soluções para bairros e vilas de Curitiba!

Faço este desabafo até por necessidade histórica da minha vida pública e política. Fiz uma campanha limpa para Prefeito de Curitiba, não o critiquei, fiz uma campanha clara, mas nunca disse que era o único sabido e inteligente de Curitiba! Acredito, Senhor Presidente, que o último Prefeito, realmente sério, que trabalhou, que fez por Curitiba, foi Jaime Lerner. Infelizmente nos últimos 6 anos, é só pesquisar, é só sair na rua, no bairro, que você vai verificar que Curitiba caiu muito, caiu demais!

Falava com amigos que têm agências de turismo: "Carlos Simões, há uma decepção quando as pessoas chegam de São Paulo, do Rio, do Ceará para Curitiba." "Mas por quê?" "O trânsito, como mudou a coisa de repente, não há funcionalidade!"

Quero deixar isso registrado, além da crítica como um esclarecimento à população que precisamos ter em Curitiba mais debates. A campanha mesmo careceu de mais debates, comigo, com o Vanhoni, com o Max, com o Cássio e os demais candidatos. Sentimos falta do debate, é importante! Vamos debater Curitiba, todos gostamos de Curitiba, amamos Curitiba!

E a minha preocupação, o meu desabafo - falo em nome da população que votou em mim, que como eu mora em Curitiba, tenho meus filhos aqui, a minha vida é Curitiba, gosto desta cidade, e não quero sair de casa e demorar 40 minutos, todo dia, para chegar na Assembléia do Paraná. Que Curitiba é essa, de primeiro mundo? Gostaria que emissários aqui do Prefeito de Curitiba que levassem esta preocupação para que Curitiba seja tratada com seriedade, com técnica e com planejamento, como fez o saudoso Prefeito Jaime Lerner.

Concedo o aparte ao Deputado Marcos Isfer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa lembra ao nobre orador que não é permitido aparte no Pequeno Expediente.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, cedemos o Horário da Liderança do PTB.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte, Deputado Carlos Simões, porque hoje pela manhã tive a oportunidade de escutar Vossa Excelência no seu programa, juntamente com o ex-Vereador e atual Deputado Federal Iris Simões, e que Vossa Excelência fazia algumas considerações, como as que faz agora.

Acho que Vossa Excelência, de certa forma, está sendo injusto com o nosso Prefeito Cássio Taniguchi, à medida em que toda a região do Cajuru hoje, tem canais que foram abertos providencialmente para escoar o problema das águas ali ocorrendo - quando o Prefeito diz que há áreas em Curitiba onde não há solução para o problema da enchente. Vossa Excelência sabe bem que ele se refere àquelas áreas que não deveriam hoje estar ocupadas e isto está acontecendo, por exemplo, aqui nos mananciais ao lado da SANEPAR, na saída da nossa BR-277 para o litoral.

Temos também as margens do Rio Barigüi bastante ocupadas, Vossa Excelência conhece perfeitamente bem a região, sabe da situação que lá se encontra. E estas regiões todas, que foram regiões de ocupação e que durante muito tempo ficaram passíveis de regularização - ontem, por uma lei enviada pelo Executivo e votada pela Câmara Municipal, começam, em alguns casos, ter possibilidade de regularização, mas não nestas áreas que efetivamente são áreas de risco, onde qualquer tipo de chuva vai prejudicar àqueles moradores que lá estão.

Infelizmente, ao longo do tempo, houve pessoas que incentivaram - Vossa Excelência combateu, como eu, outros companheiros que fazem política - essas outras a ocuparem estes locais.

Está havendo a remoção ali ao lado do Rio Barigüi, algumas famílias já foram removidas. Tanto que no caso desta enchente, algumas pessoas puderam inclusive safar-se. Quero ter certeza que muito está sendo feito nesta área. Agora, que há pontos da cidade que efetivamente não terão solução, Vossa Excelência há de convir. O debate, acredito que seja sempre oportuno e aberto. E é por isso que na Câmara Municipal sempre se tem discutido todos os projetos que são votados na Cidade de Curitiba.

Com relação ao trânsito, Vossa Excelência acompanha o número de veículos que frequentemente adentram em nossa Curitiba, uma Capital que possui um índice de veículos bastante elevado? É naturalmente há que se pensar em soluções como esta nova avenida, que leva o nome de Dario Lopes dos Santos, o nome do nosso ex-Prefeito Maurício Fruet, e que faz, sem sombra de dúvida, a continuação da Getúlio Vargas, uma das maiores avenidas que tem em Curitiba, podendo por ali escoar o trânsito.

Acredito que Vossa Excelência queira debater mais Curitiba, acho oportuno que isso aconteça. Temos aqui nesta Casa vários companheiros como Vossa Excelência: Cesar Seleme, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, tantos companheiros que são egressos da Câmara Municipal de Curitiba, portanto conhecem bem o problema da nossa cidade.

Acho que devemos discutir, debater, mas devemos também procurar soluções efetivas.

O SR. CARLOS SIMÕES

Deputado Vanhoni, o senhor lembra, foi candidato a Prefeito de Curitiba, fomos candidatos juntos, e nunca vendemos a ilusão de que fomos professores de Deus. Neste momento estou cobrando porque foi declaração do Prefeito de Curitiba, que não se tem solução.

O homem foi para a lua, e não se tem soluções para pontos de enchente em Curitiba? É realmente uma declaração - Deputado Cesar Seleme - infeliz.

Perdeu também o Prefeito de Curitiba, o grande Secretário de Comunicação, que está hoje com o Governador Jaime Lerner, por ser um homem mais inteligente, levou o Secretário, deixando o Prefeito falando asneiras sozinho.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Só posso parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento na tarde de hoje, alertando os Deputados Estaduais e repercutindo na realidade, o que a população de Curitiba e Região Metropolitana têm dito pelas ruas da cidade, no seu dia-a-dia.

Os problemas da nossa cidade se avolumam a olhos vistos. Não só o problema da segurança, que é gravíssimo - e Vossa Excelência sabe muito bem disso. Recentemente, agora, aqui na Presidência da Assembléia Legislativa, vieram socorrer ao Deputado Anibal Khury. O pessoal do Sítio Cercado, estavam presentes mais de 10 associações de moradores, em função de representantes de comércio local, pastores, padres, em função do gravíssimo problema na área de segurança. É preciso dizer que o governo do Estado junto com a Prefeitura de Curitiba, porque o nosso município se relaciona diretamente com os seus limites, com a Região Metropolitana. Estamos exportando os problemas da nossa cidade para a Região Metropolitana, e como ela não tem condições de absorver e resolver os seus problemas, estes acabam voltando para a qualidade de vida do nosso povo.

É preciso dizer, e aí o Deputado Marcos Isfer é um grande companheiro, e sei que se preocupa com essas questões a respeito dos problemas da periferia da nossa cidade. É preciso dizer que a periferia, as pessoas que moram nos terrenos que hoje são áreas ocupadas, não estão lá por sua livre e espontânea vontade. Estão lá por uma injunção de um sistema cruel que é a vida da nossa cidade, e o Governo do Estado, ao invés de minorar algumas dessas dificuldades, pelo contrário, piora ainda.

Vamos ver o que existe em relação à COPEL e à SANEPAR, não instalando energia e não instalando ligação de água. Há 15 dias atrás morreu uma criança. Há trinta dias atrás morreu um senhor aqui

na região de Piraquara, em função de rabixo. Quer dizer, o sofrimento do nosso povo, é até pela luz que já é uma conquista da civilização, uma conquista de todos os povos do mundo, que hoje são obrigados a morrer em situações de risco, porque são obrigados a fazer rabixo, enquanto que a COMEC, por orientação do Estado, não permite ligação de luz nessas áreas de ocupação. Se o Governo do Estado cumprir a sua atribuição de alocar lugares, onde as pessoas possam ser transferidas e morar com dignidade, tenho certeza que esses problemas serão resolvidos. Não oferece essa alternativa e ao mesmo tempo deixa essas pessoas sofrendo por essas situações aí, em função da arbitrariedade por parte de algumas empresas do Estado do Paraná.

Acho que a declaração do Prefeito não é uma declaração louvável, porque o problema da enchente pode ser resolvido. Aqui no Juvevê, uma região nobre da cidade, aonde as galerias foram feitas há mais de trinta anos atrás, com a impermeabilização do solo, toda a chuva que cai, seja ela grande ou pequena, não tem mais por onde correr para baixo da terra. Ela vai para as bocas de lobo, completamente entupidas, feitas há trinta, quarenta anos atrás, e o que acontece, volta tudo, não desemboca no rio Belém, e a enchente acontece aqui no Juvevê.

É preciso refazer, é preciso prioridade de investimentos nessa área, para refazer as galerias embaixo do solo da Cidade de Curitiba.

O SR. CARLOS SIMÕES

Quero fazer mais um alerta, e aqui os Deputados que atuam aqui na grande Curitiba, se algum Deputado já lidou com a famosa URBS, e a COMEC, não existe coisa mais terrível no mundo, que o técnico burro, o burro técnico. É uma coisa impressionante. Eles sentam numa mesa, não te dão ouvido, não escutam as lideranças, não escutam o povo, não vão no local. Nós da Região Metropolitana temos imensa dificuldade.

Vou no Heinz, Secretário dos Transportes, mente aberta, cara para frente, moderno, você vai na URBS, um entulho de gente do passado, um passado terrível que conheço muito bem. Na COMEC, da mesma forma, e lançando moral, cheios de coisa, e não vou atender o povo da Região Metropolitana. Como é que você fala com essa gente - não tem como falar! Não tem solução! É uma dificuldade impressionante. Nós que atuamos na Região Metropolitana sofremos em demasia, porque não temos a lida direta com os Secretários maiores do Estado. Sofremos muito e quem sofre é a população.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Carlos Simões, V.Exa. sabe muito bem que não sou um profundo entendedor de

Curitiba, mas quero ressaltar aqui que ouvi a declaração do Prefeito Cássio Taniguchi. E entendi um pouco diferente a sua declaração. Ele quis dizer que tem regiões de Curitiba, que se tivermos um dilúvio em Curitiba, como tivemos no domingo, aquele dia em que choveu uma intensidade jamais vista em Curitiba, dificilmente se encontraria uma solução para aquela situação. Entendi dessa forma e V.Exa. entendeu de outra. Vejo na declaração do Prefeito Cássio Taniguchi todo o cuidado. Conheço muito bem declarações, por exemplo, de um Prefeito de São Paulo, quando declarou para todo o Brasil que ele resolveria o problema das águas de São Paulo. Ontem vimos que a solução não foi encontrada.

Acredito que o Prefeito Cássio Taniguchi foi responsável na sua declaração e tendo o cuidado de não vender esperança de algo que pode não ter solução.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIMÕES

Deputado Valdir Rossoni, precisamos de um intérprete bíblico. A Bíblia tem milhões de interpretações. A pessoa que disse ser o único e sabido da Capital, faz uma colocação dessas que traz várias interpretações. Um Prefeito de Curitiba que foi muito infeliz na sua colocação, demonstrando que não é aquilo tudo que pregou na sua campanha eleitoral.

Quero, só para encerrar, mais uma vez declarar a saudade do Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner. O resto é conversa fiada.

Muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Gostaria que a Mesa transmitisse ao Deputado Valdir Rossoni as minhas desculpas. Tentei ser um pouco elegante com ele, pois ele foi buscar um exemplo em São Paulo. Quis apenas dizer a ele que temos um exemplo aqui na Capital do Estado. De um ex-Prefeito que desfilou em carro aberto, depois de fazer uma obra com recursos vultuosíssimos na Avenida Vicente Machado e declarou para a imprensa que Curitiba não se transformaria em uma Veneza. Nunca mais os curitibanos teriam, no centro da cidade, os problemas de enchentes. Essa obra custou uma soma enorme de recursos financeiros, financiada pelo Banco Mundial e os contribuintes de Curitiba pagam até hoje. E o que assistimos? São as enchentes voltando e retornando todos os meses de janeiro na capital do Estado do Paraná. Não é preciso ir a São Paulo, temos um exemplo aqui da capital.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Estamos, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, entrando com um requerimento, pedindo informações à Secretária de Administração, Maria Elisa Paciornik e ao Superintendente do IPE, Rubens Drumond de Carvalho, informações sobre as dívidas que o Governo do Estado possui para com a autarquia.

Pedimos inicialmente o montante da dívida que o Governo possui com o IPE referente ao repasse de 2% da contribuição do servidor com Assistência Médica Hospitalar. Qual é o montante total da dívida que o Governo do Estado possui? Quais foram as medidas adotadas por essa autarquia? No sentido de obrigar o Governo do Estado a saldar seus débitos.

Fazemos isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados por vários motivos. Se os Senhores Deputados acompanharam os jornais do Paraná, vão verificar no Jornal do Estado do Paraná, de hoje, na manchete:-

IPE nega atendimento à segurada doente.

Maria Aparecida Santos de Lima de Aguiar, funcionária aposentada da Secretaria da Administração, depois de contribuir durante 32 anos para o IPE, necessitou de atendimento médico de urgência para tratar de sua tireóide, mas, ao recorrer ao sistema de marcação de consultas pelo telefone, foi informada que o único endocrinologista disponível só atende os casos de diabetes nos meses pares.

O abandono quase que total dos funcionários públicos que necessitam desse órgão e que têm pago, sendo descontado em folha os 10%, legalmente, e o Governo deveria repassar 2% ao IPE.

Mas a situação fica mais grave, porque recentemente foi aprovado nesta Casa, o Fundo da Previdência, contra o qual entramos com uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, junto com o Fundo de Previdência, o Fundo de Atendimento Médico Hospitalar.

O que vai acontecer com esse Fundo?

Requerimento: (Lê): "O Artigo 103..."

Ou seja, sobre todos os pontos de vista, primeiro, porque o IPE não foi extinto ainda pela lei. Segundo, porque mesmo transformado o IPE, em outra Entidade, a lei que aprovamos garante o atendimento Médico Hospitalar ao funcionário público do Paraná. Por isso, não podemos aceitar esse abandono, esse descaso em que o IPE vem atuando com relação ao funcionário público.

A dívida que o Estado do Paraná tem com o IPE é a razão principal deste descaso, da falta de recursos para continuar o seu atendimento.

Recebemos de um funcionário aposentado alguns dados que se referem à dívida que o Estado

tem com o IPE, somente relativo aos 2%, com relação à saúde e ao atendimento médico hospitalar.

Requerimento:- (Lê): "Em 1994, a dívida com o IPE..."

Ora, o que acontece? Os recursos que o IPE e tudo que o IPE dispõe serão repassados ao Fundo de Assistência Médica Hospitalar. Se o governo do Estado não repassar o que deve ao IPE, isso trará sérios prejuízos para o Fundo recém-criado. O Fundo é um retrocesso, sem dúvida nenhuma, porque nesse mesmo Fundo, em primeiro lugar: - Não está definido qual é o tipo de serviço prestado; vai depender de cálculos atuariais, conforme reza um dos artigos da presente lei, os artigos 76 e 77, mais que isso. Hoje pela atual legislação o filho do funcionário público tem direito ao IPE.

Pela nova lei os dependentes não terão nenhum direito, se quiserem ter acesso ao serviço médico hospitalar, o funcionário deverá pagar uma alíquota extraordinária como reza a lei que foi aprovada por esta Casa no final do ano passado.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é mais do que necessário que tenhamos essa informação e que haja alguma tomada de posição por parte da direção do IPE, para que o Governo repasse os recursos.

Por este mesmo motivo é que pedimos em nosso requerimento, se a direção do IPE tomou alguma providência legal cabível com relação ao Governo do Estado, para receber esses recursos que o Governo lhe deve. Caso não tenha tomado nenhuma medida, consultamos também um documento do Tribunal de Contas. Vamos apelar para a justiça do Paraná, para que sejam tomados recursos necessários.

Em 27 de setembro de 1990, uma resolução do Tribunal de Contas diz o seguinte: Quanto à contribuição mensal a que o Estado do Paraná está obrigado a repassar ao IPE, na forma do artigo 13, da Lei nº 47663, caberá à Superintendência da aludida autarquia, adotar as medidas legais para exigir do Estado crédito que a lei lhe oferece, sob pena de, não o fazendo, incorrer em falta administrativa por ato devido.

Por tudo isso é que estamos tomando essa medida, primeiro pedindo informações, para logo a seguir ir à Justiça em defesa do funcionário público do Estado do Paraná, do IPE, e desse novo Fundo que foi aprovado, para que possa prestar os serviços necessários ao povo e aos funcionários públicos do nosso Estado.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apelamos à bancada do Governo que aprove este requerimento, e volto a insistir o direito à informação é um direito da minoria. Só há estado de direito, só há democracia, se a minoria pode ao menos se informar sobre os negócios do Estado.

Entendemos inclusive que o regimento interno desta Casa é completamente ilegal a obrigar que o pedido de informação passe pela aprovação do Plenário; achamos que é ilegal esse regimento, porque repito, pelo menos o direito à informação a minoria deve ter, senão não existe estado de direito, não existe democracia.

Não podemos aceitar de forma alguma, que a maioria além de governar, além de votar as leis, impeça o legítimo direito da minoria de pedir informações, porque somos eleitos por mandato popular para, pelo menos, saber o que acontece com os recursos públicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno expediente, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Creio que essa Casa não pode ignorar por nela existir "situação" e "oposição". Não pode ignorar fatos que são notícias, e notícias que são veiculadas, que façamos de conta que as coisas foram respondidas e que nada está acontecendo.

A primeira indagação que faria é no seguinte sentido: a quantas anda o dinheiro de saneamento do Banco do Estado do Paraná? Discutimos muito isso aqui nesta Casa, o contrato assinado pelo Governo estipulava tempo e prazo, para que o Banco fosse saneado e liquidado, transferido para o comprador da forma como adquirisse o controle acionário do BANESTADO.

Já estamos no mês de março, e até hoje, pelo que a imprensa coloca, nenhum recurso entrou para o Banco do Estado do Paraná para o início de saneamento de suas dificuldades.

Muito bem!

Agora, vemos no jornal, no dia de hoje, "O Estado do Paraná", um assunto também amplamente discutido nesta Casa.

Sentado nesta mesa, quando convocado o Banco do Estado do Paraná para comparecer aqui na Assembléia Legislativa, prestar esclarecimentos em Sessão Secreta aos Srs. Deputados, muitos de nós fomos sufocados pelo conhecimento bancário dos então diretores, alegando que eram suspeitas, que não eram verdadeiras as colocações que os Deputados levantavam. Fomos acusados, muitos de nós da Oposição, de sermos responsáveis pelo vazamento de informações do Banco, pondo em risco a credibilidade do Banco do Estado do Paraná. O companheiro Ângelo Vanhoni e este Deputado que vos fala, fomos inclusive chamados à Justiça Federal, à Polícia Federal, para darmos depoimento

numa investigação contra nós movida, por termos vazado informações a respeito de sigilos do Banco do Estado do Paraná.

Pois bem, está aqui no jornal o Estado do Paraná: Operação dos maiores inadimplentes - BANESTADO Leasing: Aí entra firma de Aracaju, de Maringá, de Curitiba, de Guarulhos, mais uma de Aracaju, de Jaraguá do Sul, de São Paulo, de Presidente Prudente, de Aracaju, de Campina Grande do Sul, de São Paulo, de Congoninhas, de Itajaí, devedores, todos eles, de mais de 2 milhões de reais, portanto à época, 2 milhões de dólares de empréstimos e completamente inadimplentes, sem o pagamento da primeira prestação sequer. E eu lembro, isso pode ser fato novo para quem vem acompanhar os fatos hoje, lendo jornal, mas isso, os nossos amigos Parlamentares sabem, foi discutido no âmbito deste Poder quando esteve aqui a diretoria do Banco e fizemos questionamentos citando, inclusive, os Srs. Parlamentares por documentação do próprio Banco. Uma firma de Sergipe, com financiamento altíssimo, sem nenhum patrimônio e tendo como endereço comercial, no Estado do Paraná, a casa, a residência do pai do diretor da Carteira de Leasing do Banco do Estado do Paraná.

Pois bem, nada foi justificado e aqui temos, no dia de hoje colocações como essa, que me desculpem os companheiros da área de apoio ao Governo, mas não pode passar em branco de colocarmos que os jornais do nosso Estado escrevem aos paranaenses para ler. A complexidade dos fatos que estão sendo investigados pela Procuradoria da República com o auxílio da Polícia Federal é de tal natureza que chega a justificar a suspeita da existência de uma verdadeira quadrilha dentro do Banestado Leasing, estando o Procurador Carlos Fernando determinando esclarecer todos os fatos, apontar os responsáveis pelo delito à justiça.

Uso o horário da Liderança do PMDB.

Senhores, não é possível que esta Assembléia, num instante de liquidação de empréstimo do Banco Central em nome do Estado do Paraná, é o Estado do Paraná que está assumindo a dívida de saneamento do Banco, não é possível que não venhamos a ter esclarecimentos desses fatos. A auditoria apurou que os empréstimos foram concedidos às empresas inadimplentes com base em pareceres técnicos duvidosos, mediante falsificação de notas fiscais, recebimento em garantia de bens inexistentes, operações com empresas com endereços falsos e favorecimento de clientes, com recebimento de comissões no deferimento das operações de Leasing, envolvendo diversos funcionários do Banco.

Ora, a Assembléia Legislativa não pode passar em branco sem sentir a gravidade dessas colocações, afinal o nosso Poder Legislativo é o poder transparente, de debate, de representantes da

sociedade. A sociedade passa a cobrar num instante em que ela, numa expectativa enorme quanto a situação econômica, financeira, bancária, monetária do nosso País e nós aqui estamos brincando de que isso não acontecesse, não, não tivesse acontecido nada. Lamentavelmente, por ambos os lados, faleceu o ex-diretor da Carteira de Leasing do Banco do Estado, mas não podem junto com ele sepultar a investigação de um fato que seguramente comprometeu as finanças do nosso Banco do Estado.

Fica aqui, Senhores Parlamentares, este apelo para que possamos cumprir o nosso mandato, para que possamos votar com consciência limpa e aberta os empréstimos que o Paraná está fazendo para sanear o Banco do Estado. Para que possamos falar deste patrimônio enorme do Estado do Paraná, não podemos deixar que o tempo faça desaparecer atos como este que, por sinal, na época em que estava acontecendo, a única desculpa encontrada foi a de citar que Parlamentares do Paraná tinham dívidas enormes com o Banestado. Não vi, nesta relação publicada, nenhum nome de Parlamentar, e vejo com tristeza que a grande maioria dos nomes daqui são de empresas que não pertencem ao Paraná e portanto nem sequer com o desenvolvimento do nosso Estado participam.

Muito obrigado! E, fica este apelo para uma resposta: Que nos digam a quantas anda o empréstimo do Banco do Estado para o seu saneamento e, ao mesmo tempo, a quantas anda este inquérito que haveremos de apurar responsabilidades.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Inscrito no Grande Expediente o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho ocupar a tribuna pela primeira vez nesta Legislatura, depois de passar por aqui por três ocasiões.

Quero inicialmente cumprimentar os companheiros que comigo compartilharam deste Plenário durante os dois primeiros anos da última legislatura, cumprimentar os novos companheiros que assentam a esta Casa desejando a cada um deles muita sorte, muita felicidade e muito trabalho em prol do nosso Paraná e, ao mesmo tempo, lamentar valorosos que não permaneceram nesta Casa.

Quero dizer, Senhor Presidente e Senhores Deputados que ouvi atentamente a posição, o discurso feito aqui pelo Deputado Carlos Simões, acompanhei os apartes e até, para muitos, causou estranheza o fato do ex-vice-Prefeito de Curitiba por duas ocasiões não tomasse pé desta discussão. Não fiz de propósito porque vinha à tribuna na sequência para também externar, expressar a minha preo-

cupação com o que está acontecendo não só em Curitiba mas na Grande Região Metropolitana de Curitiba. Os problemas que estão acontecendo, as dificuldades que estamos verificando de atendimento a esta população carente, situações gravíssimas que a imprensa tem estampado diariamente e têm cobrado dos órgãos responsáveis.

Não venho à tribuna na posição de um crítico ao Governo do Estado e muito menos à prefeitura de Curitiba. Venho com a visão de um homem da cidade, de um homem do Estado que se preocupa e que não pode calar diante de tantos fatos lamentáveis que estão acontecendo. Entendo a posição do Deputado Carlos Simões, valoroso companheiro, homem que dedica também parte da sua vida em defesa do povo desta cidade e tem os seus méritos, tem o direito à crítica e esta Casa é exatamente para isto, é para se exercitar o contraditório e é para isso que estamos aqui, para cobrar e também elogiar, quando necessário.

Entendo também que tivemos um grande avanço em Curitiba e na Região Metropolitana. Mas, este avanço ainda não foi o suficiente para que a gente possa ver resolvido problemas gravíssimos, como por exemplo o que estampou no dia de ontem o Jornal Gazeta do Povo, onde mostra a situação de precariedade do abastecimento de água de Curitiba e da Grande Curitiba, como estampa o Jornal A Folha do Paraná, mostrando também aqui o problema das ocupações da nossa Região Metropolitana, como estampa o Jornal do Estado, o Jornal do Estado do Paraná, Tribuna, enfim, a imprensa tem cobrado sistematicamente uma posição dos órgãos governamentais.

E é exatamente neste sentido que venho a esta tribuna, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, primeiro para pedir urgência na instalação das Comissões internas desta Casa. Não podemos ficar apenas a nível de discurso nesta Casa, subindo à tribuna, criticando, pedindo e não agindo. É necessário que as Comissões se instalem imediatamente, até porque a Casa está um tanto ociosa em termos de trabalho de nós parlamentares. Tem se baseado apenas em discursos. É necessário que as Comissões se instalem, que comecem a convocar os órgãos responsáveis de cada área, de cada assunto para que a gente possa esmiuçar, tentar, junto com esses órgãos, encontrar a solução para vários problemas. Por exemplo, citou aqui agora há pouco o Deputado Carlos Simões, corroborou com isto o Deputado Ângelo Vanhoni, as invasões que estão acontecendo na Região Metropolitana em áreas de preservação ambiental. Não é mais possível que isto continue. As invasões em áreas de preservação ambiental estão para Curitiba e para a Região Metropolitana como estão as invasões em terras produtivas do

interior do Estado do Paraná. Então, é necessário que se tome uma providência. Não é possível que fiquemos apenas acompanhando pela imprensa e fiquemos calados aqui, omissos ao que está acontecendo, Claro que cada um individualmente faz o seu trabalho. Eu hoje mesmo pela manhã, fui visitar as áreas da Vila Osternak, da ocupação 23 de agosto, do Campo Cerrado, do Jardim Marupiará, do Bairro Novo; estive acompanhando e verificando a situação daquele povo. E é bom dizer que aquele povo que ontem foi vítima de uma enchente extraordinária, aquele mesmo povo já havia saído desta área de ocupação, desta área de preservação ambiental que fica na divisa com o Parque do Iguaçu, o Zoológico de Curitiba, já havia sido relocada pela COHAB para um loteamento regular. No entanto, como não puderam - pelo menos esta é a alegação deles - pagar as prestações daquele lote, acabaram voltando a ocupar a área de onde haviam sido retirados.

Alguém falhou nisto. É preciso encontrar o culpado, o responsável por esta situação. E ontem estas mesmas 300 famílias, aproximadamente, sofreram, perderam tudo o que não tinham, praticamente. E pude, hoje pela manhã, testemunhar o sofrimento desta gente.

Então, entendemos e reconhecemos que tivemos um grande avanço em Curitiba e na Região Metropolitana. Ninguém pode deixar de reconhecer isto. Com algumas vantagens, com algumas desvantagens a integração de Curitiba com a Região Metropolitana, projeto forte, proposta forte minha e do Prefeito Cássio Taniguchi, estamos fazendo valer, mas falta ainda, mais ação, falta mais rapidez nesses processos para que a gente possa estancar esta situação que está aí, porque não se pode mais aceitar isto. Tivemos aqui em menos de um mês, todo mundo acompanhou, cinco pessoas que morreram em consequência de ligações clandestinas de iluminação por parte da COPEL que não ligou porque há um decreto que proíbe, um entendimento que existe entre Prefeitura, COPEL e SANEPAR, de não se entrar em áreas de ocupação irregular, até porque estes órgãos podem sofrer alguma ação também. Mas ao mesmo tempo que esses órgãos não entram, pessoas estão perdendo a vida. Agora, será que pobre pode morrer pisando num fio de luz descascado e ninguém faz nada? São cinco pessoas que morreram, três crianças e dois adultos. Até quando vamos ficar calados diante de uma situação tão grave como essa?

É por isso, Senhor Presidente, que venho à tribuna hoje, fazendo a minha estréia neste Parlamento, infelizmente para dizer coisas ruins que estão acontecendo, mas esse é o papel do Parlamentar, aquele que vive o dia-a-dia da sua comunidade, do seu povo, para pedir urgência na instalação das

Comissões, que os Senhores Líderes dos Partidos indiquem os deputados integrantes de cada Bancada, que se façam funcionar as comissões, para que a gente possa promover, claro que aqui não é fórum, mas também não tem porquê não ser. Vamos discutir Curitiba, vamos discutir a Região Metropolitana, vamos com o Prefeito de Curitiba, os Prefeitos da Região Metropolitana encontrar caminhos, a encontrar soluções para os problemas que eles enfrentam no dia-a-dia.

O SR. ÂNGELO VANHONI

V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Algaci, recebo essa sua fala com imenso prazer, porque há um ano atrás o Governo do Estado e a COMEC enviaram para esta Casa de Leis, infelizmente V.Exa. que tem um mandato popular ligado a Curitiba, e ligado à Região Metropolitana, não fazia assento a esta Casa como Deputado, estava com o seu mandato de Vice-Prefeito na Capital do Estado, o Governo do Estado mandou uma nova lei a respeito dos mananciais. E essa nova lei dos mananciais, que foi aprovada no ano passado, ela inclusive prevê a regularização das áreas, inclusive previa a construção de grandes condomínios. do ponto de vista de desenvolvimento urbano, em áreas de manancial aqui na região de Piraquara, em toda a região de manancial que temos na Região Metropolitana da nossa cidade.

Infelizmente essa legislação foi aprovada e essas pendências, do ponto de vista daqueles mais humildes, daqueles mais pobres, que já estão há mais de cinco, seis, sete anos ocupando áreas de manancial, o Governo não toma nenhuma atitude do ponto de vista de vislumbrar e mudar para serem transferidos, e pelo contrário, impede ainda a ligação de luz, a ligação de água, trazendo esses grandes transtornos para a população de baixa renda da periferia da cidade de Curitiba. Por isso, Vossa Excelência tem toda razão.

Espero que assim que as Comissões estiveram funcionando que possam montar uma comissão suprapartidária para que, junto com a COMEC, possamos de uma vez por todas, discutir os problemas da região metropolitana da nossa cidade. Não há solução dos problemas da Capital do Estado que não passem pelas soluções dos graves problemas habitacionais, dos problemas de fornecimento de energia, dos problemas de saneamento básico, de transporte coletivo e geração de emprego na Região Metropolitana da nossa cidade. Não há como discutir os problemas de Curitiba sem entender e enfrentar o desafio da Região Metropolitana. V.Exa. tem razão, conte com o apoio do PT nessa busca de

uma solução de uma vez por todas junto aos organismos do Estado do Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO

Agradeço o aparte do Deputado Ângelo Vanhoni. Na verdade é com esta finalidade que venho a esta tribuna, não estou aqui, podem pensar alguns que seja um momento de vontade minha, de um desabafo; não é exatamente isso, saí da Prefeitura em função da lei que não me permite a acumulação de cargos como acumulei quando era vice-Prefeito do Jaime Lerner. Reconheço no Prefeito Cassio Taniguchi uma pessoa muito inteligente, de muita sensibilidade, e que está vendo aí o retorno àquilo que ele e eu prometemos em campanha. Estão aí as grandes obras que Curitiba está recebendo. Mas claro que ao lado dessas grandes obras temos os problemas graves de Curitiba que precisam urgentemente ser atacados. Agora, se não atacarmos lá, se não começarmos pela Região Metropolitana, porque tudo isso vem desafogar em Curitiba, evidentemente não encontraremos soluções para tudo isso.

Volto a dizer aqui, reconheço no Prefeito Cassio Taniguchi e na sua equipe pessoas competentes, preparadas para amenizar pelo menos em parte os problemas que vive hoje Curitiba; além do que também não podemos deixar de reconhecer que o excesso de chuva está por demais, não se consegue conter toda essa fúria da água, da natureza que está se verificando por aí e não só em Curitiba. É necessário, urgentemente, encontrar as soluções.

Tem a palavra o Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES

Meu caro Deputado Algaci Túlio, comunicador da nossa mesma origem. Aliás, sou o seu seguidor na comunicação. Sou um pouco mais novo e aprendi a fazer comunicação com o senhor. Lamento e sinto que não tenha sido o prefeito de Curitiba, pelo espírito democrático e pela sensibilidade, que temos e adquirimos a cada madrugada em nossa lide com a população, diretamente, sem intermediários. Isso é uma coisa maravilhosa. Alimentamo-nos todos os dias na nossa ligação com a população, no nosso anseio de ajudá-los e de criticar no bom sentido e de fazer a coisa andar e estar preocupado com isso ou aquilo. Estamos juntos com a população.

Quero reafirmar o que havia colocado com relação à URBS e a COMEC. Aqui no Município de Piraquara, no Guarituba, ocorreram mortes ainda hoje, pela manhã, eu passava lá. Saí do meu programa de rádio e fui até lá observando, é coisa impressionante. É como se vê no Rio de Janeiro, nas favelas de São Paulo, centenas de milhares de fios entrelaçados o povo ligando a luz por conta

própria, já que os órgãos públicos não tomam providência. Ah, mas é área de manancial! Muito bem, isso eles sabem e nós sabemos. Não somos surdos, nem dementes, para saber que é área de manancial. Qual é a solução? Que se traga uma solução! Não é Curitiba e Região Metropolitana, mas tudo desemboca e vai acabar em Curitiba, porque é a Cidade-Mãe da Região Metropolitana.

Reafirmando as suas e as minhas palavras, ainda o senhor comentava, que vamos nós, os Deputados eleitos na grande Curitiba, reivindicar junto ao Governador que apoiamos e foi vitorioso, que se tenha a abertura democrática para que possamos com mais presteza e rapidez, junto aos órgãos públicos e à população, a URBS, de Curitiba, e COMEC, da Região Metropolitana. E a URBS, hoje é metropolitana e é uma empresa que arrecada o sistema de transporte coletivo.

É uma dificuldade, Deputado Algaci, o senhor foi Prefeito, vice-Prefeito e há de concordar comigo que predomina totalmente a técnica de não se ter sentimento, visão popular, visão do povo e das coisas. Não estou dizendo que são incompetentes. Não! Talvez, falte ali um comandante político, que comande os técnicos para que façam a determinação de um político, que tem mais sensibilidade, como qualquer Deputado, aqui, desta casa, coordenando o trabalho, que adeque, para que se tenha a solução.

Conversando, aqui, Deputado Algaci, com Deputados que vieram do interior e que agora já moram em Curitiba, sentiram um choque: a Curitiba está mudada. A Grande Curitiba não é mais aquela cidade que se pregava como sendo extraordinária. Tem problemas? É claro que tem. Ninguém está escondendo isso. Mas isso só terá solução quando se enfrentar os problemas de frente. Quando vamos ao médico: estou com dor de ouvido. O médico não vai tratar da unha encravada. Ele vai tratar do ouvido. Em Curitiba, historicamente, não só Curitiba, mas a Grande Curitiba, na verdade, há uma espécie de fuga de solução dos grandes problemas.

Não é culpada a população que está hoje na periferia, que vem de Londrina, de Maringá, de Pato Branco, do Mato Grosso ou do Ceará. Não tem culpa o povo de estar amontado, de estar morando no Guarituba, numa favela ou à beira de um rio. O povo tem de morar de alguma forma ou de algum jeito. Cabe às autoridades estabelecidas legalmente buscar as soluções.

Parabéns, Deputado Algaci, recente vice-Prefeito de Curitiba, foi meu adversário na eleição passada mas não fomos inimigos e nem somos inimigos, como não sou inimigo do Cássio Taniguchi, em absoluto. Quero parabenizá-lo e estar contigo e com os Deputados aqui da Região Metropolitana junto ao Governador, para que ten-

hamos uma luta unida, uma voz só em favor da população hoje que mais sofre no Paraná que é o povo da Grande Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO

E o que me preocupa mais nisso tudo também, meus caros Deputados, é a questão do abastecimento de água para Curitiba e para a Grande Curitiba. E aliás me chamou a atenção e me deixou bastante preocupado a matéria do jornal, "A Gazeta do Povo", de domingo, onde o Péricles Weber, que é coordenador de Meio Ambiente da SANEPAR, ele está prevendo situações difíceis para o futuro na questão de abastecimento de água. E para quem já navegou pelo Rio Iraí, como eu fiz, no dia do Rio, saindo aqui de Pinhais indo até Piraquara, o Deputado Nelson Justus conhece bem, Deputado Neivo Beraldin também conhece bem, para quem navegou pelo Rio Iraí e depois chega em casa, abre a torneira, toma água e lembra que a água é aquela por onde navegamos, é brincadeira...

Precisa muito investimento do Governo para recuperar a qualidade dessa água até ela chegar ao consumidor.

E ele diz aqui, não sou eu quem está dizendo, ele diz aqui o seguinte: "Outra questão que deve ser resolvida são as ocupações desordenadas em áreas de mananciais, extremamente comuns na Região Metropolitana de Curitiba, que acabam por poluir os rios que abastecem a cidade. Há dois anos a produção de água, na Estação de Tratamento do Iguaçu, situada à margem deste rio teve que ser suspensa, durante algum tempo, em virtude da água captada estar muito suja, totalmente poluída". É isso que preocupa, e esta ocupação desordenada lá na Guarituba, agora às margens próximo ao Morumbi, na saída para Paranaguá, é a ocupação do Zumbi dos Palmares, de ambos os lados, lá na BR-116. Quem conhece bem é o Deputado Strapasson, que foi Prefeito de Colombo também, é esta situação que temos que trazer à baila nas discussões internas das comissões aqui na Assembléia Legislativa.

Concedo o aparte ao Deputado Ademir Bier.

O Sr. Ademir Bier

Gostaria só de acrescentar nesta discussão de Curitiba, da Região Metropolitana, entendendo estas dificuldades e o que nos leva talvez a isso, e é importante que sejam instaladas as comissões, para discutir a grande questão que é o êxodo rural. As pessoas que vêm do interior do Estado, agricultores com vocação agrícola de produzir e que vêm aqui para Curitiba e para a Região Metropolitana passar por sérias dificuldades. Há esta necessidade de uma política séria do Governo do Estado e do Governo

Federal, fazendo com que as pessoas lá do interior do Estado que produzem, tenham esta oportunidade.

Muito obrigado, é isso que gostaria de acrescentar.

O SR. ALGACI TÚLIO

Muito obrigado.

Concedo aparte ao Deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Deputado Algaci, gostaria de cumprimentá-lo por esta preocupação, até porque já teve também a responsabilidade de ajudar a administrar Curitiba. E comentava, não foi possível o aparte ao Deputado Simões, e dizer que, como londrinense, e também participando da administração pública de Londrina, nestes últimos dois anos, fui Secretário da Administração da cidade, também convivemos com alguns problemas neste sentido.

Hoje vejo a situação de Curitiba, já como paranaense e tendo orgulho de ter Curitiba, como a nossa capital, é um problema muito sério na questão de planejamento. Por quê? Porque as cidades, de modo geral, no mundo inteiro, não estavam aparelhadas para o crescimento da indústria automobilística. Já é um caos total para a qualidade de vida daquele que vivia no sossego e Curitiba viveu inclusive a época dos bondes que era o transporte coletivo. E lamentavelmente no Brasil, o cidadão só vira gente depois que ele compra um carro. Ele pode estar morando embaixo da ponte, mas ele tem que ter um carro. E numa cidade como Curitiba que é pregada em verso e provas por onde passa, que tem um dos melhores transportes do Brasil, precisa haver por parte dos poderes, uma campanha mais agressiva e institucionalizada, para que o cidadão utilize-se do transporte coletivo e vejo até a preocupação do prefeito que está agora indo para o Japão, em busca não só de dinheiro mas também da tecnologia para o chamado metrô da superfície.

Agora o que precisamos e V. Exa. está falando aí, é a questão da água. No terceiro milênio que vem aí, a nosso ver não será o milênio da comunicação como está prevendo o mundo inteiro, vai ser o milênio da água potável. E é aí que acho que o ex-administrador de Londrina, vem dizer que nós por exemplo em Londrina, cometemos um erro gravíssimo quando por lá passou o pai do nosso Deputado Beto Richa, Deputado José Richa, que foi também Governador, e por exigência até da própria política do Regime Militar, acabou entregando os serviços, não só de saneamento de água e esgoto mas também de telefonia, porque o Estado trouxe tudo, tanto as rodovias, como a telefonia, tudo que

era serviço, e o que o Estado faz no Brasil ele faz mal feito, lamentavelmente.

E hoje temos um estudo feito de Londrina: se tivéssemos continuado com o serviço de saneamento de água e esgoto de Londrina, teríamos hoje o oásis que temos lá em Santo Antônio. Porque só segundo o estudo, a captação de recursos da SANEPAR, só da Cidade de Londrina, dá para sustentar 11 cidades do porte da cidade do Deputado Durval Amaral que é Itambé.

Quero deixar registrado aqui porque quando viajo não só dentro do Brasil, mas tenho procurado sair fora do país, tenho muito orgulho de dizer que Curitiba é a capital do meu Estado. Mas ontem vi um estado de calamidade a cinco mil por hora - se não planejarmos hoje, vamos ter um problema sério, como vimos ontem as cenas em São Paulo, que são de horror, em que o cidadão sai para trabalhar e não sabe se volta vivo para casa.

Então, quero cumprimentar V. Exa.. Quero dizer que também porque vou parar uma boa parte do meu tempo aqui convivendo na capital. Me sinto inclusive na obrigação de, junto com V. Exa. e dos outros Deputados aqui da Região Metropolitana, de também me preocupar com isso, porque então estarei me preocupando com a qualidade de vida do nosso povo e do Paraná. Por isso, quero cumprimentá-lo, e não poderia passar aqui sem deixar consignado, porque tenho experiência de administrar a segunda cidade do Estado, que é o caso de Londrina, e lá também, se não houver planejamento dentro em breve a qualidade de vida do londrinense estará também ofuscada. Só cantar em verso e prosa não adianta; tem que planejar para o futuro.

Então, quero parabenizar V. Exa. e dizer que estou orgulhoso de poder colocar meu pensamento com relação à nossa querida Curitiba.

O SR. ALGACI TÚLIO

Muito obrigado, Deputado. Acho que tudo que se fala aqui hoje, é para contribuir. Não é apenas uma crítica, é um chamamento da situação que é das mais preocupantes e se depender do ex-vice-prefeito de Curitiba, o ex-vice-prefeito pela segunda vez, que por 27 vezes ocupou o comando da Cidade de Curitiba, capital do Estado, veio com essa preocupação, veio aqui pedir até o absurdo desta Casa, para que possamos junto com a Câmara Municipal de Curitiba, com as Câmaras Municipais e Prefeituras da Região Metropolitana, debatermos à exaustão, Curitiba e Região Metropolitana.

Para isso fomos eleito como representante de Curitiba, da Região Metropolitana, e temos essa obrigação de desempenhar esse papel.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Algaci Túlio, meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, porque o pronunciamento quando atrai a atenção dos colegas, se verifica nos apartes, e V. Exa. teve um pronunciamento onde vários companheiros estão dando a sua contribuição.

Não podemos enxergar Curitiba como uma Curitiba grande, sem antes pensarmos na grande Curitiba. Porque se olharmos de cima, vamos verificar que é uma cidade só, basicamente, e que os problemas não cessam nas divisas, os problemas são comuns.

Então temos que tratar esses problemas comuns de forma conjunta. Agora, como tratar de forma conjunta, enquanto Colombo tem X de renda "per capita" por habitante, e Curitiba tem dez ou quinze vezes mais?

Como vamos exigir de Campo Largo, que trate com qualidade de vida a Ferraria, se os recursos de Campo Largo são menores, poucos e insuficientes para fazer frente ao crescimento desordenado que vivem essas regiões? O crescimento exige uma política industrial, um parque industrial, uma cidade industrial. Por exemplo em Colombo, Piraquara, em Pinhais, São José dos Pinhais. Mas precisa planejar isso. Então acho que devíamos ter uma Secretaria Metropolitana, para que juntasse todos os segmentos. O problema da água, do esgoto, o problema do transporte coletivo, da segurança, todos esses problemas deveriam estar centralizados, numa COMEC forte, onde tivesse um Conselho político da Região Metropolitana, onde os Prefeitos da Região Metropolitana fizessem parte majoritariamente desse Conselho para gerir o desenvolvimento integrado da Região Metropolitana.

Até poderíamos pensar em ampliar as divisas do Município de Curitiba. Abrangendo parte dos municípios metropolitanos, por quê não? Ao cidadão que mora na Ferraria, seria mais vantajoso ele pertencer a Curitiba, ou pertencer a Campo Largo? Acho que pertencer a Curitiba. Até porque o limite geográfico de Curitiba não é tão grande. Acho que seria uma solução pensarmos em aumentar as divisas de Curitiba, discutirmos isso.

Então, quando V. Exa. toca no assunto da água, fiz uma lei aprovada por essa Casa. A Lei de ICMS Ecológico repassa em torno de dois milhões de reais por mês, para que os municípios que tenham áreas de manancial, responsabilidade de abastecer a água para os municípios vizinhos, possam garantir essa qualidade da água. Piraquara recebe em torno de 10 mil reais por dia, para cuidar dos nossos mananciais. Já recebeu mais de vinte e três milhões de reais, para cuidar dos nossos mananciais. E o que se vê, é o aumento das invasões das áreas de mananciais. Então, acho que teríamos inclusive que fiscal-

izar isso. Promover um fórum de debate para saber o que é que esses municípios estão fazendo com esses recursos.

Acho que cabe a todos nós Deputados metropolitanos, temos aqui mais de vinte. Curitiba e Região Metropolitana, fazer aquele seminário que fizemos no passado: "Região Metropolitana Urgente". Ele é mais atual do que nunca. Um debate para termos essas idéias. Uma Secretaria, talvez Metropolitana, de ampliarmos os limites de Curitiba, de discutirmos todos essa questão do desenvolvimento que preocupa a todos nós, e acima de tudo, a segurança pública. Estamos hoje vivendo o caos.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TÚLIO

Muito obrigado, Deputado Neivo Beraldin. Espero ter contribuído com esse debate, para que possamos ter algumas idéias. Entendi também, que na posição dos Parlamentares, que todos estão ansiosos para mostrar serviço, para trabalhar e desejam o mais rapidamente possível a instalação das Comissões Internas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa anuncia com satisfação a presença do Deputado Estadual por Santa Catarina, do PFL, Sr. Nilson Gonçalves. Damos boas-vindas. Sinta-se em casa!

Passa-se ao Horário das Lideranças: PL, PSDB.

Com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Hoje, tivemos nesta Casa discussões de assuntos que tratam de interesses do povo do Paraná. Falamos sobre o IPE. Uma instituição que merece atenção para que continue cumprindo com o compromisso ao segurado do Estado do Paraná. É na fila, nas portas dos hospitais, das Santas Casas, que observamos como são tratados os segurados do IPE.

Ocorreu na reunião do AMEPAR - Associação dos Municípios do Médio Paranapanema, em Londrina, do qual estive lá presente o Superintendente da Santa Casa relatando as dificuldades. Não só pela falta de recursos, mas pelo déficit provocado na prestação de serviço pelo INSS, e sobretudo, pelo não pagamento do IPE, na ordem de 400 mil reais, destinados à Santa Casa. Isto vem trazer uma situação de mais tensão ao serviço prestado pela instituição que há 62 anos oferece ao Norte paranaense o alívio da dor, do sofrimento mais agudo da vida.

O Deputado Caíto Quintana falou sobre o BANESTADO, chamando nossa atenção e também nossa observação com relação a essa instituição que se liquida. Sem muita discussão, sem muito conhecimento e sem muitas informações que deveríamos passar e prestar contas para a nossa população. Ao lado disso, reconhecemos as dificuldades do Governo.

Trago dois requerimentos para apreciação desta Casa. Trata-se do salário-educação. Em 1962, através da Lei nº 10.050 e o Decreto nº 2.043, criou-se o Fundo Rotativo das Escolas. Um sistema simples e eficiente para que pudéssemos dotar as escolas da rede estadual de recursos para realizar a gestão mínima das necessidades de cada estabelecimento. De lá para cá, no primeiro ano foi destinado 12 milhões de reais atualizados às escolas do Paraná. Hoje, esses recursos que são repassados, oriundos do salário-educação do Governo federal não estão chegando às escolas do nosso Estado, provocando dificuldades na gestão, pagamentos atrasados, não permitindo que a escola cumpra o seu compromisso com a comunidade.

Com essa finalidade que solicito a este Plenário, especialmente à Liderança do Governo, no sentido de fazer passar esse requerimento, para que tenhamos a informação e possamos prestar às escolas a atenção necessária.

Sabemos das dificuldades. O momento é difícil. E há tempos dizíamos que o Governo do Estado do Paraná caminhava para o rol dos quebrados, porque se observarmos a folha dos últimos quatro anos saiu de um bilhão e trezentos e cinquenta e cinco, para um bilhão, seiscentos e vinte em 1996, para três bilhões em 1997. E em 1998, para três bilhões, duzentos e cinquenta, dentro de uma arrecadação de ICMS, de dois bilhões, duzentos e cinquenta. Só aí tendo um déficit de aproximadamente de um bilhão de reais.

A questão da educação e a questão da saúde é ação que deve merecer a priorização de qualquer Governo.

Por isso, solicito ao Secretário da Fazenda, informação das parcelas dos recursos que foram repassados ao Estado do Paraná. Que ele nos informe o referente a 98 e ao Superintendente da FUNDEPAR, que nos informe quanto tempo faz que não repassa os recursos das 2.100 escolas do nosso Estado.

Sem dúvida nenhuma, é uma questão prioritária que o Governo deve atender.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças: PSB, PPB, PSC, PDT, Liderança do Governo.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Augustinho Zucchi, Carlos Simões e Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 6 (seis) de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados;

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que acrescenta parágrafo ao Artigo 1º da lei nº 12.322, de 14 de setembro de 1998. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 122, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, com apoioamento dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni e Hermes Fonseca, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 097 e 110, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento interno.

Requerimento nº 098, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 099, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento interno.

Requerimento nº 078, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 100, de autoria do Senhor Deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 101 e 102, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 111 a 113, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 114, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 118 e 119, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 120, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 121, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 123, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 063, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Composição das Comissões Técnicas do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Levanta-se a sessão.